



AIG Seguros Brasil S.A.

CNPJ nº 33.040.981/0001-50
www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2017

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A marca AIG é referência mundial em seguros. São quase 100 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Presente no mercado brasileiro desde 1949, e com um dos mais completos portfólios de produtos do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

AIG Brasil está prioritariamente focada no segmento de seguros corporativos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade, Garantia e Crédito, além de Seguro Viagem, entre outros.

A AIG Seguros Brasil, subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores maior agilidade no atendimento ao mer-

cado. O Grupo AIG também opera em resseguros através da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admitida), com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e políticas de qualidade do grupo AIG.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 592,6 milhões no exercício findo de 2017, 8,6% maior que o exercício findo de 2016. No exercício findo de 2017, a Seguradora apresentou um lucro líquido de R\$ 88,7 milhões, 133% de variação positiva comparada com o prejuízo de R\$ 268,2 milhões do exercício findo de 2016. Essa variação no resultado de R\$ 357 milhões foi marcada além do aumento das emissões de prêmios, por uma melhor sinistralidade de R\$ 213 milhões, redução de despesas operacionais de R\$ 161 milhões e despesas administrativas menores em R\$ 131 milhões, entre outros.

Distribuição de lucros

A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.

Perspectivas

Com o mercado demonstrando sinais de recuperação, as perspectivas macroeconômicas para 2018 são positivas, porém ainda desafiadoras diante das mudanças estruturais em andamento. Acreditamos que com nosso

foco na excelência de subscrição e atendimento às demandas do mercado, aliados à reorganização dos negócios e à redução de despesas que realizamos, estamos preparados para atuar com a agilidade que nossos corretores parceiros e clientes esperam. Incrementamos os investimentos na capacitação contínua da nossa equipe e cadeia comercial, em tecnologia e no fortalecimento dos valores da AIG, como voluntariado, inclusão e diversidade, pois acreditamos na contribuição destes fatores para que continuemos sendo uma seguradora líder nos segmentos de grandes riscos e de pequenas e médias empresas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da AIG Seguros Brasil S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Prêmios emitidos (Nota 26)	592.588	545.897
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 27)	4.154	89.408
Prêmios ganhos (Nota 26.1)	596.742	635.305
Receita com emissão de apólices	2.989	3.147
Sinistros ocorridos (Nota 28)	(167.811)	(380.925)
Custos de aquisição (Nota 29)	(79.299)	(89.889)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 30)	67.333	(93.610)
Resultado com resseguro (Nota 31)	(167.398)	(60.483)
Receita com resseguro	78.953	161.121
Despesa com resseguro	(246.351)	(221.604)
Despesas administrativas (Nota 32)	(192.900)	(324.095)
Despesas com tributos (Nota 33)	(32.357)	(14.665)
Resultado financeiro (Nota 34)	40.773	58.788
Resultado patrimonial (Nota 35)	17.003	9.986
Resultado operacional	85.075	(256.441)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	1.259	2.895
Resultado antes dos impostos e participações	86.334	(253.546)
Imposto de renda (Nota 36)	12.614	(3.168)
Contribuição social (Nota 36)	(3.336)	(2.535)
Participação sobre o lucro	(6.863)	(8.958)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	88.749	(268.207)
Quantidade média ponderada de ações (Nota 25(a))	5.850.415.554	5.850.415.554
Lucro líquido/(Prejuízo) básico e diluído por ação R\$ (Nota 25)	0,02	(0,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	88.749	(268.207)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	11.242	73.485
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(2.667)	(2.620)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.466)	(4.061)
Outros ajustes	8.893	10.016
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	47.418	(96.493)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.038)	169.030
Ativos de resseguro	88.545	55.904
Créditos fiscais e previdenciários	283	(2.705)
Depósitos judiciais e fiscais	(594)	(1.160)
Despesas antecipadas	7.274	4.231
Custos de aquisição diferidos	39.951	12.902
Outros ativos	(3.099)	(1.208)
Impostos e contribuições	7.151	2.088
Outras contas a pagar	(1.482)	25.598
Débitos de operações com seguros e resseguros	(17.420)	(70.558)
Depósitos de terceiros	(6.313)	(3.704)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(219.912)	(66.614)
Provisões judiciais	(3.135)	(2.145)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	34.380	(166.221)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	5.858	4.928
Impostos sobre os lucros pagos	(12.524)	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	27.714	(161.293)
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda:	1.231	77
Investimentos	801	-
Imobilizado	430	77
Pagamento pela Compra:	(4.199)	(25.050)
Investimentos	-	(10.000)
Imobilizado	(644)	(333)
Intangível	(3.555)	(14.717)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(2.968)	(24.973)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	-	141.428
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	-	141.428
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.746	(44.838)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	15.037	59.875
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	39.783	15.037

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo		
Circulante	1.275.468	1.356.008	Circulante	1.026.167	1.213.900
Disponível	39.783	15.037	Contas a pagar	90.742	85.073
Caixa e bancos (Nota 5)	39.783	15.037	Obrigações a pagar (Nota 17.1)	12.393	12.213
Aplicações financeiras (Nota 6)	561.464	608.882	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 18)	21.360	17.670
Créditos das operações com seguros e resseguros	240.601	213.677	Encargos trabalhistas	5.739	6.334
Prêmios a receber (Nota 7)	185.374	160.284	Impostos e contribuições (Nota 18)	9.764	2.613
Operações com seguradora	3.915	6.689	Outras contas a pagar (Nota 17.2)	41.486	46.243
Operações com resseguradora (Nota 8)	48.982	43.576	Débitos de operações com seguros e resseguros	198.565	200.359
Outros créditos operacionais	2.330	3.128	Prêmios a restituir	2.494	955
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	375.354	440.922	Operações com seguradora	10.168	30.030
Títulos e créditos a receber	28.627	13.066	Operações com resseguradoras (Nota 19)	161.641	139.503
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	9.679	6.606	Corretores de seguros e resseguros	23.055	29.736
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	15.737	921	Outros débitos operacionais (Nota 20)	1.207	135
Outros créditos (Nota 12)	3.211	5.539	Depósitos de terceiros (Nota 21)	2.539	8.852
Outros valores e bens	185	70	Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	734.321	919.616
Bens a venda	185	70	Danos	721.955	902.653
Despesas antecipadas (Nota 13)	-	7.274	Pessoas	12.366	16.963
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	29.454	57.080	Não circulante	87.441	139.920
Não circulante	228.278	299.201	Contas a pagar	6.602	5.703
Realizável a longo prazo	105.091	167.256	Tributos diferidos (Nota 24)	6.602	5.703
Créditos das operações com seguros e resseguros	14.813	39.699	Débitos de operações com seguros e resseguros	201	15.828
Prêmios a receber (Nota 7)	14.813	38.557	Operações com seguradora	-	9.926
Operações com seguradora	-	1.142	Operações com resseguradoras (Nota 19)	-	1.683
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	50.333	73.310	Corretores de seguros e resseguros	201	4.219
Títulos e créditos a receber	39.341	41.318	Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	80.364	114.980
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	22.842	25.417	Danos	77.638	110.933
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	16.058	15.464	Pessoas	2.726	4.047
Outros créditos operacionais	441	437	Outros débitos	274	3.409
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	604	12.929	Provisões judiciais (Nota 23)	274	3.409
Investimentos (Nota 16)	103.078	99.130	Patrimônio líquido	390.138	301.389
Participações societária	100.371	95.622	Capital social (Nota 25(a))	1.099.262	1.081.297
Imóveis destinados à renda	2.707	3.508	Aumento de capital (em aprovação)	-	17.965
Imobilizado	11.871	19.841	Prejuízo acumulado	(709.124)	(797.873)
Imóveis de uso próprio	529	529			
Bens móveis	5.683	9.433			
Outras imobilizações	5.659	9.879			
Intangível	8.238	12.974			
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	8.238	12.974			
Total do ativo	1.503.746	1.655.209	Total do passivo e patrimônio líquido	1.503.746	1.655.209

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Aumento capital (em aprovação)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Em 1º janeiro de 2016	878.026	79.807	(529.666)	428.167
Aumento de Capital aprovado em 21 de janeiro de 2016, conforme Portaria nº 1.308 - Processo SUSEP nº 15414.001825/2015-41	79.807	(79.807)		
Aumento de Capital aprovado em 20 de abril de 2016, conforme Portaria nº 1345 - Processo SUSEP nº 15414.001097/2016-59	39.107			39.107
Aumento de Capital aprovado em 28 de junho de 2016, conforme Portaria nº 16 - Processo SUSEP nº 15414.001433/2016-63	38.992			38.992
Aumento de capital aprovado em 14 de setembro de 2016, conforme Portaria nº 105 - Processo SUSEP nº 15414.002065/2016-71	24.665			24.665
Aumento de capital aprovado em 17 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 179 - Processo SUSEP nº 15414.607365/2016-41	20.700			20.700
Aumento de Capital em aprovação conforme AGE de 27 de dezembro de 2016, Processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72		17.965		17.965
Prejuízo do exercício			(268.207)	(268.207)
Em 31 de dezembro de 2016	1.081.297	17.965	(797.873)	301.389
Em 1º janeiro de 2017	1.081.297	17.965	(797.873)	301.389
Aumento de Capital aprovado em 02 de fevereiro de 2017, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 213 - Processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72 (Nota 25(b))	17.965	(17.965)		
Lucro líquido do exercício			88.749	88.749
Em 31 de dezembro de 2017	1.099.262		(709.124)	390.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 - complexo JK torre E - 10º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo/SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos que mediante aportes de capital foram investindo recursos ao longo destes anos, com o objetivo principal de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil. Esses investimentos são previstos e fazem parte, entre outros, da estratégia de ampliação e investimentos da Seguradora no Brasil. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

- **Seguros de Pessoas**
 - Viagem
 - Roubo e danos
 - Outros
- **Seguros Corporativos**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e cível
 - Outros

Em 22 de março de 2017, foi aprovada pela SUSEP a transferência da carteira de seguros de automóvel, para Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S.A.

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A transferência foi aprovada pela Portaria SUSEP nº 6.988 de 25 de agosto de 2017, publicada em 28 de agosto de 2017 no jornal Diário Oficial da União - seção 1, a transferência parcial da carteira de seguros de garantia estendida e de riscos diversos, ramos 0195 - Garantia Estendida/Extensão de Garantia - Bens em Geral e 0171 - Riscos diversos para Assuradora Seguradora S.A., nos termos do contrato de cessão firmado em 09 de maio de 2017, garantindo aos segurados a preservação de seus direitos. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2018.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e a Lei das S.A., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Mantidos para negociação" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 22 de dezembro de 2017 foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17, alterando a circular SUSEP nº 517/15 e 521/15, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades Seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 01 de janeiro de 2017.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma será efetiva para o exercício início a partir de 01 de janeiro de 2018, a depender da aprovação e instruções de adoção pela SUSEP.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 - "Arrendamento", essa norma apresentará mudanças que afetarão principalmente a forma como as Seguradoras deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mas especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros", essa norma apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mas especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos será avaliado após a homologação da SUSEP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

2.2 Conversão em moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda Real do Brasil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a taxa de câmbio do último dia de fechamento. A Seguradora não possui subsidiárias no exterior ou no Brasil cuja moeda funcional seja diferente de sua moeda funcional.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4 Ativos financeiros**(a) Classificação e mensuração**

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e o valor pago pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do exercício somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato), assim como a baixa de um ativo financeiro e o reconhecimento de ganho ou perda não efetuadas no dia em que a negociação de liquidação ocorre.

A Seguradora classificou seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado em 2017 e 2016.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. A Seguradora não designou nenhum ativo ou passivo financeiro através da opção de valor justo, ou *fair value option* nas demonstrações financeiras.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)).

(d) Determinação de valor justo de ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)**(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)**

A Seguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de ativo financeiro esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurada com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor, se é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários).

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber).

Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A Circular SUSEP nº 544/16 prevê no plano de contas a partir de janeiro de 2017 contas específicas de ajuste ao valor de realização para registro do *impairment* apurado nos valores a receber e que são repassados para seguradoras/resseguradoras e corretores. A Seguradora a partir de julho de 2017 incluiu as correspondentes contas de redução ao valor recuperável nas contas do passivo.

(b) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quando à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide Nota 2.11.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Seguradora registra como um ativo - circulante e não circulante, proporcionalmente ao período de vigência de cada apólice - os custos diretamente incrementais e relacionados à origemação ou renovação de contratos de seguro (Custos de Aquisição Diferidos), e que possam ser avaliados com confiabilidade.

Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

2.7 Propriedades de investimento

A IAG Seguros detém certas propriedades de investimento que não são classificadas como ativo imobilizado destinados a renda. Esses ativos são classificados como propriedades de investimento segundo o CPC 28 e são avaliados ao custo de aquisição (mais ou menos quaisquer custos de transação incrementais) reduzido por depreciação. Como a Seguradora utiliza o modelo de custo (*cost model*) permitido pelo CPC 28 para imóveis de investimento, estes ativos são avaliados para *impairment* e alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa segundo o CPC 1.

2.7.1 Leasing

A IAG Seguros aluga diversos ativos em seu curso normal de negócios. Consequentemente, para a aplicação do CPC 6, a Seguradora efetua o processo de classificação dos contratos como *leasing* financeiro ou operacional. Os contratos de *leasing* da Seguradora foram avaliados e classificados como *leasings* operacionais. Os contratos de *leasing* onde uma porção significativa dos riscos e benefícios sobre os ativos são retidos pela Seguradora, como arrendador, são classificados como *leasing* operacionais. Recebimentos pela Seguradora de *leasing* operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício linearmente e proporcionalmente ao exercício do arrendamento.

2.8 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros ativos fixos utilizados para a condução dos negócios da Seguradora. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condição de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o exercício de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior do que o valor contábil do ativo segundo as regras do CPC 1.

2.9 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não haviam passivos financeiros relevantes e os mesmos tratam-se de vencimentos no curto prazo (360 dias).

2.10 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação
Na adoção do CPC 11, a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Desde a data de adoção do CPC a Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento".

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.11 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro**2.11.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro**

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos, de acordo com o período de exposição a riscos de cada uma das modalidades de contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a IAG Seguros reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. A Seguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.11.2 Passivos de contratos de seguro

Na adoção do CPC 11, a IAG Seguros aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11, a IAG Seguros também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou "*Liability Adequacy Test*" - vide política contábil 2.11.3), (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1), (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilização de excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 360/17, Resolução CNSP nº 343/16, Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 561/17, Circular SUSEP nº 517/15, Circular SUSEP nº 544/16, Circular SUSEP nº 543/16, Circular SUSEP nº 521/15, Circular SUSEP nº 561/17 e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da IAG Seguros. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG")

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores e a modalidade do contrato de repasse.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já iniciaram vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura ("PCC")

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa trazidos a valor presente e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL")

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

A Provisão de PSL referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR")

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Seguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNYR (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora, e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

(f) Provisão de Excedentes Técnicos ("PET")

A Provisão de Excedentes Técnicos é constituída para garantir a distribuição de parte do resultado técnico e operacional, conforme termos previsto nos contratos de seguros com a contraparte.

(g) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR e despesas não diretamente alocadas a sinistros (ULAE), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

(h) Provisão de Despesas Administrativas ("PDA")

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

2.11.3 Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Tanto para o teste dos riscos já assumidos quanto para os prêmios futuros, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.12 Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos exercícios de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14 Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15 Políticas contábeis para reconhecimento de receita**2.15.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do exercício de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.15.2 Receita de instrumentos financeiros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.15.3 Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do exercício do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores.

Com base nas disposições da Circular SUSEP 517/2015 a Seguradora não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSSL, bem como sobre diferenças temporárias desde

Julho de 2012, tendo em vista a projeção de prejuízos para os próximos 3 (três) exercícios sociais e prejuízos acumulados nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota explicativa 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 vide nota 25.

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide nota 11.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL**4.1 Gestão de risco de seguro****(a) Risco de seguro**

O Risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2017

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	2	18	-	182	1	203
Aeronáuticos	(65)	-	-	(5)	(30)	(100)
Automóvel (Casco)	(3)	(4)	-	(107)	(6)	(120)
Compreensivo Empresarial	406	882	73	4.171	1.995	7.527
Garantia Estendida	477	7.824	12.093	6.910	12.117	39.421
Lucros Cessantes	409	1.639	788	21.524	3.631	27.991
Responsabilidade Civil Profissional	1.229	1.252	58	24.404	5.516	32.459
Responsabilidade Civil Geral	934	1.590	94	20.951	2.781	26.350
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.243	2.928	237	62.503	3.005	69.916
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	3.830	2.497	156	8.935	5.761	21.179
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	704	1.284	185	11.207	2.065	15.445
Responsabilidade Civil Hangar	5.462	-	-	4.638	14	10.114
Riscos de Engenharia	223	29	72	(49.012)	36	(48.652)
Riscos Diversos	461	1.348	3.073	26.515	2.799	34.196
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	5.237	-	54.836	2.711	62.784
Riscos Nomeados e Operacionais Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	62	1.114	1.396	5.067	2.852	10.491
Transporte Internacional	129	166	5	4.487	306	5.093
Transporte Nacional	445	1.659	776	17.795	2.399	23.074
Turístico (Viagem)	2.863	4.086	223	31.595	5.308	44.075
Vida em Grupo	48	56	31	3.447	37	3.619
Demais Ramos	2.243	2.220	288	17.060	5.070	26.881
Total	26.778	71.447	24.158	359.569	71.693	553.645

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2017	33.724
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2017	49.068
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2017	(34.878)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2017	(8.971)
592.588	

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	26	46	5	667	10	754
Aeronáuticos	190	157	-	4.544	35	4.926
Automóvel	343	743	-	15.636	1.216	17.938
Compreensivo Empresarial	330	772	87	3.951	1.765	6.905
Garantia Estendida	4.390	8.084	4.245	6.312	12.580	35.611
Lucros Cessantes	254	2.639	206	10.117	4.925	18.141
Responsabilidade Civil Profissional	1.027	811	107	24.065	4.079	30.089
Responsabilidade Civil Geral	354	1.380	217	38.448	3.132	43.531
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.059	1.043	165	52.016	3.528	57.811
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	409	684	203	9.878	1.788	12.962
Responsabilidade Civil Facultativa	82	301	-	4.896	482	5.761
Responsabilidade Civil Hangar	5.015	586	-	6.683	280	12.564
Riscos de Engenharia	20	72	3	3.127	74	3.296
Riscos Diversos	190	1.477	5.491	22.508	2.107	31.773
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	2.963	-	56.388	1.851	61.203
Riscos Nomeados e Operacionais Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	52	1.355	1.301	3.995	2.391	9.094
Transporte Internacional	377	140	61	6.742	525	7.845
Transporte Nacional	625	1.341	1.559	25.394	8.772	37.691
Turístico	-	1	-	19.057	461	19.519
Vida em Grupo	288	210	88	8.535	126	9.247
Demais Ramos	3.785	2.787	378	33.146	8.523	48.619
Total	19.797	59.829	14.310	393.845	92.741	580.522

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2016	53.276
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2016	17.356
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2016	(62.631)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2016	(42.626)
545.897	

(d) Concentração de risco por localidade - Retenção Líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	2	18	-	247	1	268
Aeronáuticos	(17)	-	-	(3)	(7)	(27)
Automóvel (Casco)	(3)	(4)	-	(107)	(6)	(120)
Compreensivo Empresarial	350	738	66	3.361	1.549	6.064
Garantia Estendida	477	7.824	12.093	6.910	12.117	39.421
Lucros Cessantes	60	413	107	4.481	1.657	6.118

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Responsabilidade Civil Profissional	803	863	40	15.710	3.235	20.651
Responsabilidade Civil Geral	574	1.074	74	15.101	1.608	18.431
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	774	1.602	130	34.046	1.567	38.119
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	3.302	2.123	128	8.086	5.220	18.859
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	397	762	87	6.081	1.048	8.375
Responsabilidade Civil Hangar	1.718	-	-	269	3	1.990
Riscos de Engenharia	91	(5)	32	(4.702)	19	(4.565)
Riscos Diversos	317	848	1.757	17.448	1.639	22.009
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	1.836	-	17.366	998	20.200
Riscos Nomeados e Operacionais	1.306	4.829	589	14.351	4.043	25.118
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	27	516	623	1.414	1.260	3.840
Transporte Internacional	(304)	148	3	2.157	145	2.149
Transporte Nacional	218	859	658	12.733	835	15.303
Turístico (Viagem)	2.863	4.086	212	28.138	5.312	40.611
Vida em Grupo	46	55	29	3.357	36	3.523
Demais Ramos	2.006	1.634	232	25.757	3.923	33.552
Total	15.007	30.219	16.860	212.201	46.202	320.489

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:
 - Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2017 33.724
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos líquidos de resseguro em 31/12/2017 (3.285)
30.439

(e) Concentração de risco por localidade - Retenção Líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	24	39	4	621	9	697
Aeronáuticos	68	29	-	929	9	1.035
Automóvel	343	743	-	15.636	1.216	17.938
Compreensivo Empresarial	308	687	84	3.354	1.574	6.007
Garantia Estendida	4.390	8.084	4.245	6.312	12.580	35.611
Lucros Cessantes	38	947	67	2.704	268	4.024
Responsabilidade Civil Profissional	693	535	77	15.516	2.639	19.460
Responsabilidade Civil Geral	159	1.009	173	24.906	1.974	28.221
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	584	664	98	31.268	2.177	34.791
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	223	412	118	6.052	1.061	7.866
Responsabilidade Civil Facultativa	82	301	-	4.896	482	5.761
Responsabilidade Civil Hangar	1.106	116	-	813	45	2.080
Riscos de Engenharia	10	42	(11)	(38)	36	39
Riscos Diversos	136	990	3.757	13.447	1.467	19.797
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	1.014	-	16.413	647	18.074
Riscos Nomeados e Operacionais	543	3.250	48	8.112	5.126	17.079
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	32	947	934	1.663	1.601	5.177
Transporte Internacional	238	51	27	5.220	495	6.031
Transporte Nacional	583	1.191	1.320	22.166	8.023	33.283
Turístico	-	1	-	7.695	369	8.065
Vida em Grupo	260	203	81	7.670	111	8.325
Demais Ramos	3.516	2.546	349	25.586	7.362	39.359
Total	13.336	23.801	11.371	220.941	49.271	318.720

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:
 - Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2016 53.276
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos líquidos de resseguro em 31/12/2016 (21.422)
31.854

(f) Exposição ao risco de moeda

	Prêmios emitidos				Prêmios líquidos de resseguro			
	2017		2016		2017		2016	
	emitidos	líquidos	emitidos	líquidos	emitidos	líquidos	emitidos	líquidos
BRL	526.207	463.246	348.838	329.697				
USD	66.381	82.651	2.083	20.877				
Total	592.588	545.897	350.921	350.574				

(h.2) Seguros Corporativos

Premissas Atuariais	Variação - %	31 de dezembro de 2017			
		Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Sinistralidade	(20)	28.966	48.277	8.565	14.275
Sinistralidade	20	(28.968)	(48.281)	(8.568)	(14.280)
Câmbio Projetado	(20)	8.035	13.392	1.387	2.312
Câmbio Projetado	20	(8.035)	(13.392)	(1.387)	(2.312)
Total		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Patrimônio líquido	Resultado
		25.101	41.835	7.945	13.242
		(25.101)	(41.835)	(7.945)	(13.242)
		10.385	17.308	2.513	4.189
		(10.386)	(17.311)	(2.513)	(4.189)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Seguradora será afetado por conta das variações propostas. Um resultado negativo ou um resultado positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas reservas da Seguradora, já que nas reservas da Seguradora, especificamente as reservas de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das reservas caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Seguradora, demonstrado nos testes de sensibilidade fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez

A Seguradora determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Seguradora possui limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. Como é natural no negócio segurador, a Seguradora está exposta a riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Seguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM).

4.3 Gestão de risco de mercado

A Seguradora está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às

variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a Seguradora se utiliza de uma estratégia de gestão de riscos para manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados pelo Comitê de Investimentos. Adicionalmente, a Seguradora emite certos contratos de seguro cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos exercícios de liquidação das obrigações originadas destes contratos. E, para mitigar os efeitos da variação cambial sobre os passivos, são adquiridos ativos financeiros que visam refletir o comportamento da moeda estrangeira.

Para todos os instrumentos financeiros, as normas contábeis requerem a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).
- *Input* para o ativo ou passivo que não é com base em dados observáveis do mercado (*input* não observável) (Nível 3).

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam os ativos financeiros detidos pela Seguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	31 de dezembro de 2017			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado Mantidos para negociação				
Títulos públicos federais	229.829	-	-	229.829
Títulos Privados	-	200.216	-	200.216
Cotas fundos de investimentos				
DPVAT	87.690	-	-	87.690
Exclusivo (*)	24.241	-	-	24.241
Mútuo	19.372	-	-	19.372
Outros	-	-	116	116
Total disponível para Negociação	361.132	200.216	116	561.464

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2018 e 09/2021.

	31 de dezembro de 2016			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado Mantidos para negociação				
Títulos públicos federais	253.285	-	-	253.285
Títulos Privados	-	204.716	-	204.716
Cotas fundos de investimentos				
DPVAT	100.679	-	-	100.679
Exclusivo (*)	38.467	-	-	38.467
Mútuo	11.563	-	-	11.563
Outros	-	-	172	172
Total disponível para Negociação	403.994	204.716	172	608.882

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2018 e 09/2021.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é calculado com base em preços quotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Seguradora é o preço de compra atual. A Seguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas demonstrações financeiras.

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora:

Variável Financeira	Variação	Em 31 de dezembro de 2017		Em 31 de dezembro de 2016	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de Juros	(1,5)	1.732	1.732	6.223	10.371
Taxa de Juros	1,5	(1.679)	(1.679)	(6.654)	(11.090)
Câmbio Projetado	(20)	(2.422)	(2.422)	2.836	4.727
Câmbio Projetado	20	2.422	2.422	(2.836)	(4.727)

4.4 Gestão de risco de crédito

A AIG Seguros possui uma política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto. Nesse contexto, a Seguradora segue as políticas da matriz e políticas de seu Comitê de Crédito onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes das operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos na política. A Seguradora não possui um cliente (ou uma única contraparte) que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. A política de investimentos adotada pela administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2017							Sem Rating	Saldo contábil
	AAA	AA+	AA-	A+	A	A-	BB		
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro									
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação									
Ativos pré-fixados									
Públicos	-	-	105.823	-	-	-	-	-	105.823
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados									
Públicos	-	-	124.006	-	-	-	-	-	124.006
Privados	56.767	-	94.912	48.537	-	-	-	-	200.216
Cotas Fundos									
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	87.690	87.690
Exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	24.241	24.241
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	19.372	19.372
Outros	-	-	-	-	-	-	-	116	116
Total Instrumentos financeiros	56.767	-	324.741	48.537	-	-	-	131.419	561.464
Recebíveis									
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	200.187	200.187
Caixa e bancos	39.783	-	-	-	-	-	-	-	39.783

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2016										
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA-	A+	A	A-	BB	B+	Sem Rating	Saldo contábil
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro										
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação										
Ativos pré-fixados										
Públicos	-	-	-	-	-	-	108.277	-	-	108.277
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados										
Públicos	-	-	-	-	-	-	145.008	-	-	145.008
Privados	21.268	25.399	140.990	359	5.614	10.796	-	290	-	204.716
Cotas Fundos										
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	100.679	100.679
Exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	-	38.467	38.467
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	11.563	11.563
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	172	172
Total Instrumentos financeiros	21.268	25.399	140.990	359	5.614	10.796	253.285	290	150.881	608.882
Recebíveis										
Prêmios a receber de segurados caixa e bancos	15.037	-	-	-	-	-	-	-	198.841	198.841

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com rating de crédito de acordo com as orientações da SUSEP sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de rating de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição dos parceiros e percentuais de alocação, pelo menos a cada renovação de contrato. A tabela a seguir apresenta o total de prêmios diretos divididos entre ativos impaired e ativos vencidos e não vencidos não classificados como *impaired*:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Cedido - %	Rating	A. M. Best Company	Agência Classificadora Standard & Poor's/FITCH
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	35	Sem rating	-	-
Local	AIG Resseguros Brasil S.A.	22	Sem rating	-	-
Local	Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	2	Sem rating	-	-
Local	Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	1	Sem rating	-	-
Admitida	Lloyd's	16	-	A	A+
Admitida	American Home Assurance Company	9	-	-	A
Admitida	Hannover Rück SE	6	-	A+	AA-
Admitida	Swiss Reinsurance Company	5	-	A+	AA-
Admitida	Liberty Mutual Insurance Company	1	-	A	A
Admitida	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft In München	1	-	-	AA-
Eventual	General Insurance Corporation Of India	1	-	A-	-
Eventual	National Liability & Fire Insurance Company	1	-	A++	-
		100			

4.5 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Para que o objetivo seja alcançado, as decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 321/2015, 343/2016 e 360/17 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capital para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido (+/-)	390.138	301.389
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(100.371)	(95.622)
Despesas antecipadas (-)	-	(7.274)
Ativos intangíveis (-)	(8.238)	(12.974)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	281.529	185.519
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.472	628
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos (+/-)	285.001	186.147
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição (CAS)	40.517	72.760
Capital adicional risco de crédito	39.371	37.087
Risco de mercado (i)	9.855	2.140
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(17.095)	(14.570)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	3.798	4.703
Capital de risco (ii)	76.446	102.120
Capital mínimo requerido (iii)	76.446	102.120
Suficiência de capital (iv)	208.555	84.027
Suficiência de ativos garantidores - vide (nota 24.1)	233.208	189.867
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR)) (v)	15.289	20.424

(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco

- (i) De acordo com o resolução CNSP321/2015, o valor de risco de mercado utilizado até 30 de dezembro de 2017 corresponde a 50% do montante apurado na parcela CRmer.
- (ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.
- (iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.
- (iv) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.
- (v) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido-CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5 CAIXA E BANCOS

	2017	2016
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	39.783	15.037
Total de caixa e equivalentes de caixa	39.783	15.037

7 PRÊMIOS A RECEBER

	2017	2016
Prêmios direto	141.615	220.380
Prêmios de cosseguro aceito	19.456	7.355
Prêmios estimados	44.262	53.231
Provisão para <i>impairment</i> de prêmios	(5.146)	(82.125)
	200.187	198.841
Circulante	185.374	160.284
Não circulante	14.813	38.557

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	31 de dezembro de 2017					
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
DPVAT	87.690	-	-	-	-	87.690
Exclusivo	24.241	-	-	-	-	24.241
Mútuo	19.372	-	-	-	-	19.372
Ativos pré-fixados						
Públicos	-	42.419	-	63.404	-	105.823
Privados	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	65.061	58.945	-	124.006
Privados	-	34.409	54.024	106.777	5.006	200.216
Outros	116	-	-	-	-	116
Total ativos financeiros	131.419	76.828	119.085	229.126	5.006	561.464
						100%

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2017		2016	
	Valor do investimento na curva	Valor de mercado	Valor do investimento na curva	Valor de mercado
Ativos financeiros a valor justo através do resultado Mantidos para negociação				
Títulos renda fixa privados	199.217	200.216	205.977	204.716
Títulos renda fixa públicos	225.775	229.829	252.710	253.285
Cotas de fundos				
DPVAT	87.690	87.690	100.679	100.679
Exclusivo	24.241	24.241	38.467	38.467
Mútuo	19.372	19.372	11.563	11.563
Outros	116	116	-	172
Total mantido para negociação	556.411	561.464	609.396	608.882
Saldo em 31 de dezembro de 2015	512.389			
Aplicações	730.819			
Resgates	(711.654)			
Rendimento	77.328			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	608.882			
Aplicações	457.289			
Resgates	(568.017)			
Rendimento	63.310			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.464			

Movimentação dos prêmios a receber

	2017	2016
Prêmios emitidos seguros direto	838.381	838.381
Prêmios cancelados seguros direto	(200.929)	(200.929)
Recebimentos seguros direto	(682.214)	(682.214)
Juros a apropriar - variação	476	476
Cosseguro aceito - movimentação	995	995
RVNE - movimentação	(42.626)	(42.626)
Provisão para riscos sobre créditos	(75.886)	(75.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	198.841	198.841
Prêmios emitidos seguros direto	843.695	843.695
Prêmios cancelados seguros direto	(251.314)	(251.314)

Recebimentos seguros direto (671.479)
 Juros a apropriar - variação 345
 Cosseguro aceito - movimentação 12.091
 RVNE - movimentação (8.971)
 Provisão para riscos sobre créditos 76.979
Saldo em 31 de dezembro de 2017 200.187
Prazo médio parcelamento (dias)
 Prazo médio recebimento em 2017 foi de 5 dias (40 dias em 2016).
Parcelamento médio com base nas emissões
 A média geral de parcelamento com base nas emissões são 2,52 parcelas em 2017 (6 parcelas em 2016).

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do *aging* dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não <i>impaired</i>	Ativos vencidos e não <i>impaired</i>					Ativos <i>impaired</i>	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2017
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
Prêmios a receber de segurados								
Prêmios diretos	112.824	6.546	4.260	4.858	9.414	3.713	(5.146)	
Prêmios a receber de cosseguros aceitos	19.456	-	-	-	-	-	-	
Prêmios estimados (RVNE)	44.262	-	-	-	-	-	-	
	176.542	6.546	4.260	4.858	9.414	3.713	(5.146)	

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(82.125)	(6.238)
Provisões constituídas no exercício	(5.146)	(82.125)
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	82.125	6.238
Saldo no final do exercício	(5.146)	(82.125)

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, são realizadas em conformidade com a política de apuração de perdas da Seguradora (vide nota 2.5 (a)).

A provisão por *impairment* foi atribuída aos seguintes ramos de seguros:

	2017	2016
Aeronáuticos	-	(22)
Automóvel	-	(11)
Riscos de Engenharia	(20)	(57.228)
Compreensivo Empresarial	(18)	(46)
Compreensivo Residencial	(391)	(393)
Garantia estendida	(1.959)	(2.108)
Responsabilidade Civil Profissional	(39)	(47)
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	(112)	(84)
Responsabilidade Civil Geral	(158)	(20.016)
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	(52)	(6)
Riscos Diversos	(89)	(69)
Riscos Nomeados e Operacionais	(9)	(32)
Transporte Internacional	(133)	(177)
Transporte Nacional	(1.361)	(766)
Turístico	(12)	(26)
Vida em Grupo	(6)	(15)
Viagem	(1)	(564)
Demais ramos	(786)	(515)
	(5.146)	(82.125)

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

	2017	2016		2017	2016
Aeronáuticos	-	4.051	Riscos de Engenharia	143	60.096
Automóvel	-	2.016	Riscos Diversos	4.604	6.246
Garantia Estendida	1.993	6.763	Riscos Financeiros - crédito interno	23.677	19.740
Lucros Cessantes	5.376	1.218	Riscos Nomeados e Operacionais	27.026	15.609
Responsabilidade Civil Geral	7.337	29.188	Transporte Internacional	957	1.527
Responsabilidade Civil Profissional	7.598	7.051	Transporte Nacional	5.387	9.792
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	4.767	5.963	Turístico	1.030	3.986
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	13.278	14.367	Demais Ramos	38.442	32.767
				141.615	220.380

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*.

8 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (ATIVO)

As tabelas a seguir demonstram a composição das operações com resseguradoras:

	2017	2016
Sinistros pagos	49.118	42.463
Outros créditos	-	1.181
Redução ao valor recuperável	(136)	(68)
	48.982	43.576

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

	Sinistros pagos		Outros créditos		Redução ao valor recuperável		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Compreensivo Empresarial	43	33	-	(309)	(1)	-	42	(276)
Penhor Rural	-	-	-	1.598	-	20	-	1.618
Responsabilidade Civil Geral	1.889	2.286	-	379	(22)	(30)	1.867	2.635
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.500	720	-	9	(1)	(24)	1.499	705
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	1.495	475	-	275	(5)	-	1.490	750
Responsabilidade Civil Hangar	2.584	7.814	-	22	(13)	-	2.571	7.836
Riscos de Engenharia	891	421	-	123	(9)	29	882	573
Riscos Diversos	77	120	-	(1.412)	(1)	(35)	76	(1.327)
Riscos financeiros - crédito interno	5.163	8.710	-	-	-	-	5.163	8.710
Riscos Nomeados e Operacionais	8.119	9.674	-	(33)	(43)	56	8.076	9.697
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.048	6	-	351	-	-	1.048	357
Transporte Internacional	335	222	-	236	-	10	335	468
Turístico	1.412	6.677	-	108	-	-	1.412	6.785
Responsabilidade Civil Profissional	1.593	530	-	(88)	-	(67)	1.593	375
Transporte Nacional	2.952	2.654	-	68	(15)	-	2.937	2.722
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	17.804	1.538	-	-	(19)	-	17.785	1.538
Demais ramos	2.213	583	-	(146)	(7)	(27)	2.206	410
	49.118	42.463		1.181	(136)	(68)	48.982	43.576

A tabela a seguir apresenta o total de Operações com Resseguradoras divididos entre ativos *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados com *impaired*:

Ramos	Ativos Vencidos					Outros Créditos	Ativos <i>Impaired</i>	Saldo Contábil em 31/12/2017
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias			
Compreensivo Empresarial	10	-	-	-	-	33	(1)	42
Responsabilidade Civil Profissional	948	-	506	-	68	70	-	1.592
Responsabilidade Civil Geral	369	23	-	11	149	984	(22)	1.514
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	730	-	488	-	95	187	(1)	1.499
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	658	11	454	-	100	271	(5)	1.489
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	6.913	8.793	327	179	10	814	(19)	17.017
Responsabilidade Civil Hangar	432	62	888	-	51	1.125	(13)	2.545
Riscos de Engenharia	7	-	164	-	259	461	(9)	882
Riscos Diversos	6	-	-	-	-	37	(1)	42
Riscos financeiros - crédito interno	4.395	373	10	22	362	1	-	5.163
Riscos Nomeados e Operacionais	4.165	3	1.024	239	974	2.049	(43)	8.411
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.043	-	-	-	-	5	-	1.048
Transporte Internacional	199	-	2	-	1	127	-	329
Transporte Nacional	1.693	355	135	-	5	805	(15)	2.978
Turístico	17	24	135	50	1.248	5	-	1.479
Demais Ramos	543	55	1.682	4	292	383	(7)	2.952
Total	22.128	9.699	5.815	505	3.614	7.357	(136)	48.982

Ramos	Ativos Vencidos					Outros Créditos	Ativos <i>Impaired</i>	Saldo Contábil em 31/12/2016
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias			
Compreensivo Empresarial	24	-	3	-	-	6	(309)	(277)
Penhor Rural	-	-	-	-	-	-	1.598	1.598
Responsabilidade Civil Geral	275	89	423	436	23	1.040	379	2.641
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	515	-	125	8	39	33	9	729
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	413	-	30	-	31	1	275	750
Responsabilidade Civil Hangar	6.541	-	19	-	-	1.254	22	7.824
Riscos de Engenharia	24	-	4	-	9	100	123	259
Riscos Diversos	15	39	3	-	-	43	(1.412)	(1.313)
Riscos financeiros - crédito interno	5.999	727	-	-	272	1.712	-	8.710
Riscos nomeados e operacionais	9.330	-	174	60	107	316	(33)	9.950
Seguros compreensivos de operações portuárias	1	-	-	-	1	4	351	357
Transporte Internacional	5	3	-	1	1	206	236	450
Turístico	5.894	400	349	35	-	-	108	6.786
Demais Ramos	2.694	306	432	74	615	1.180	(166)	5.112
Total	31.730	1.564	1.562	614	1.098	5.895	(68)	43.576

9 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos	DAC - Custo de aquisição diferido	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2017 Total provisão para contratos de seguros
Aeronáuticos	-	-	500	2.202	2.702
Garantia de Concessões Públicas	1.060	(411)	44	169	862
Garantia Segurado - Setor Público	44.927	(19.599)	863	2.973	29.164
Garantia Segurado Setor Privado	1.763	(652)	255	946	2.312
Lucros Cessantes	9.705	(1.444)	602	2.038	10.901
Responsabilidade Civil Profissional	8.125	(2.267)	8.262	5.762	19.882
Responsabilidade Civil Geral	8.117	(506)	51.898	8.204	67.713
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	16.922	(4.955)	11.399	5.690	29.056
Responsabilidade Civil Hangar	4.738	(908)	11.067	4.012	18.909
Riscos de Engenharia	6.407	(1.288)	2.658	4.613	12.390
Riscos Diversos	5.360	(595)	2.034	5.903	12.702
Riscos Financeiros - Crédito Interno	30.060	(11.571)	35.616	23.486	77.591

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Riscos Nomeados e Operacionais	54.665	(7.758)
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	2.106	(205)
Transporte Internacional	1.011	(41)
Transporte Nacional	3.694	(71)
Turístico	3	(1)
Demais Ramos	10.461	(2.579)
Total	209.124	(54.851)
Passivo circulante		375.354
Passivo não circulante		50.333

	2017	2016
Aeronáuticos	5.293	(944)
Garantia de Concessões Públicas	1.838	(1.838)
Garantia Segurado - Setor Público	15.922	(4.534)
Garantia Segurado Setor Privado	4.595	(1.241)
Lucros Cessantes	6.256	(1.147)
Responsabilidade Civil Profissional	8.210	(2.253)
Responsabilidade Civil Geral	18.794	(1.182)
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	13.567	(3.941)
Responsabilidade Civil Hangar	5.809	(988)
Riscos de Engenharia	40.136	(8.636)
Riscos Diversos	4.950	(763)
Riscos Financeiros - Crédito Interno	25.364	(9.007)
Riscos Nomeados e Operacionais	30.998	(5.613)
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	1.348	(51)
Transporte Internacional	756	(294)
Transporte Nacional	3.039	(247)
Turístico	262	(23)
Demais Ramos	11.479	(2.922)
Total	198.616	(45.624)
Ativo circulante		440.922
Ativo não circulante		73.310

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2017	2016
Ressarcimentos	255	(51)
Dividendos a receber	3.623	2.033
Aluguéis a receber	30	796
Juros sobre capital próprio a receber	5.771	3.825
Outros créditos a receber	-	3
	9.679	6.606

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2017	2016
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.899	2.899
PIS/Cofins diferido	9.188	12.421
Imposto de renda e Outros Impostos a Compensar	3.018	921
Antecipação de IRPJ e CSLL	12.719	-
Outros Créditos Tributários (*)	10.755	10.097
Total	38.579	26.338
Circulante	15.737	921
Não circulante	22.842	25.417

(*) Contempla CSLL isonômia, INSS autônomos, PIS EC 10/96.

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517, informamos que:

	Total	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Créditos tributários sobre diferenças temporárias, não contabilizados	(78.297)	(34.158)	(31.244)	(2.485)	(4.901)	(2.694)	(2.815)
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais, não contabilizados	(265.004)	2.095	(104.237)	(78.912)	(38.886)	(37.459)	(7.605)
Total dos Créditos Tributários não Contabilizados (*)	(343.301)	(32.063)	(135.481)	(81.397)	(43.787)	(40.153)	(10.420)

(*) No exercício de 01/07/2012 à 31/12/2017.

12 OUTROS CRÉDITOS

	2017	2016
Adiantamentos administrativos e a funcionários	3.211	3.142
Valores a receber com partes relacionadas (Nota 39)	-	2.397
	3.211	5.539

13 DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Despesas Operacionais	-	7.107
Despesas Administrativas	-	167
	-	7.274

As despesas antecipadas operacionais representam pagamentos efetuados para se obter exclusividade de venda de seguros nos parceiros que ocorre em razão dos mecanismos de proteção de cada contrato, onde os valores dos investimentos podem ou não ser ressarcidos para a Seguradora caso o plano de venda acordado não seja realizado. A amortização dos contratos é reconhecida no resultado levando-se em consideração a expectativa de geração de resultados futuros pelo exercício do contrato. Não há saldo constituído em 31 de dezembro de 2017 por conta da transferência da carteira de garantia estendida para Assurant Seguradora, conforme descrito na nota 1.

14 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017	2016
Produtos para indivíduos		
Acidentes Pessoais Coletivo	-	15
Automóvel	-	1.046
Assistência e Outras Coberturas - Auto	-	174
Compreensivo Residencial	-	16
Turístico	108	139
Vida em Grupo	-	187
Demais ramos	28	43
	136	1.620
Produtos para Empresas		
Compreensivo Empresarial	968	877
Garantia Estendida	28	32.653
Garantia Segurado - Setor Público	1.743	2.432
Lucros Cessantes	1.209	878
Responsabilidade Civil Profissional	2.733	2.603
Responsabilidade Civil Geral	2.937	5.028
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	4.721	4.137

sobre o lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

A Seguradora apresenta histórico de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL nos últimos cinco anos, de acordo com os critérios estabelecidos pela SUSEP para o reconhecimento contábil destes créditos. A Seguradora não atingiu até a presente data os pré-requisitos desta forma, não reconheceu contabilmente os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos que montam R\$ 343.301 em 2017 (R\$ 279.784 em 2016).

Destacamos que desde Julho de 2012 a Seguradora não registra mais Impostos Diferidos sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, bem como sobre as diferenças temporárias geradas entre os critérios contábeis de fiscais, em atendimento à referida Circular.

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2017	2016
Cíveis	519	452
Fiscais	14.969	14.472
Trabalhistas	570	540
	16.058	15.464

Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

16 INVESTIMENTOS

(a) A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 100.144 (dezembro de 2016 - R\$ 95.301) sendo que o lucro líquido do exercício de 2017 foi de R\$ 15.256 (dezembro de 2016 - lucro R\$ 8.561).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Investimentos	Imóveis destinados à renda	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	95.301	3.508	321	99.130
Equivalência patrimonial (Nota 36)	15.256	-	-	15.256
Dividendos	(3.623)	-	-	(3.623)
Juros sobre capital próprio	(6.790)	-	-	(6.790)
Baixas realizadas	-	(2.487)	-	(2.487)
Depreciação Seguradora Líder	-	1.686	-	1.686
DPVAT	-	-	(94)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	100.144	2.707	227	103.078

(b) A Seguradora possui imóveis comerciais que são alugados a terceiros (Seguradora como arrendadora) em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional.

A tabela apresentada a seguir demonstra informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2017	2016
Valor justo dos ativos imobiliários de investimento	23.887	28.887
Valor original dos contratos	8.277	11.006
Receitas de correção dos contratos	132	321
Receitas de aluguel	1.747	2.655

(c) A Seguradora aluga alguns ativos para condução de seus negócios. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de aluguéis futuros não canceláveis para estes contratos:

O total de despesas originadas de aluguéis em contratos de *leasing* operacional onde a Seguradora é arrendatária que foram reconhecidas no exercício foi de R\$ 8.382 (R\$ 10.148 - 2016). Estes contratos não possuem opções de compra do ativo.

A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação.

	2017	2016
Aluguéis mínimos futuros não canceláveis a serem pagos		
Em até um ano	4.854	8.672
Entre um a cinco anos	4.929	17.037
	9.783	25.709

17 CONTAS A PAGAR

	2017	2016
17.1 Obrigações a pagar		
Participação sobre os resultados	9.155	10.240
Outras obrigações a pagar	3.238	1.973
	12.393	12.213

17.2 Outras contas a pagar

	2017	2016
Contas a pagar serviços de terceiros	19.040	8.858
Outras contas a pagar	1.212	1.319
Contas a Pagar - Intercountry (Nota 40(e))	21.234	36.066
	41.486	46.243

18 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR/IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
IOF sobre prêmios de seguros	8.805	13.426
Impostos retidos na fonte	8.220	2.251
Contribuições Previdenciárias/FGTS	4.335	1.993
PIS/COFINS/CIDE	9.764	2.613
Total	31.124	20.283

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2017	2016
Riscos emitidos	142.440	155.167
Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	27.711	34.442
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(32.114)	(37.953)
(-) Ajuste ao valor de realização	(257)	-
Resseguro cedido	137.780	151.656
Prêmios	46.054	26.544
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(16.335)	10.201
Sinistros	12.724	10.109
Outros débitos	(18.582)	(57.324)
Resseguro a liquidar	23.861	(10.470)
	161.641	141.186
Circulante	161.641	139.503
Não circulante	-	1.683

20 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2017	2016
Contas a pagar - DPVAT	443	417
Outros débitos	190	(282)
Transferência de carteira - seguros	574	-
	1.207	135

21 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2017						Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	
Prêmios e emolumentos recebidos	591	227	225	(144)	849	67	1.815
Outros depósitos	500	-	12	98	114	-	724
	1.091	227	237	(46)	963	67	2.539
	2016						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	4	-	(1)	(1)	(15)	219	206
Prêmios e emolumentos recebidos	1.337	745	(1.048)	1.699	(4.947)	8.225	6.011
Outros depósitos	201	3	516	97	484	1.334	2.635
	1.542	748	(533)	1.795	(4.478)	9.778	8.852

22 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	2017								Total provisão para contratos de seguros
	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Provisão complementar de cobertura - PCC	Provisão de excedentes técnicos - PET	
Aeronáuticos	-	-	283	2.205	228	-	-	-	2.716
Automóvel	-	-	620	-	276	-	-	-	896
DPVAT	-	-	11.451	75.633	-	489	-	-	87.573
Garantia Estendida	1.448	-	627	464	224	-	-	-	2.763
Garantia Segurado - Setor Público	42.837	3.401	360	3.201	660	-	-	-	50.459
Garantia Segurado Setor Privado	1.238	862	96	1.451	302	-	-	-	3.949
Lucros Cessantes	11.676	1.495	844	2.464	200	-	-	-	16.679
Responsabilidade Civil Profissional	15.430	2.704	19.059	12.185	3.661	-	-	-	53.039
Responsabilidade Civil Geral	18.900	4.560	72.516	27.826	14.170	-	-	-	137.972
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	25.312	4.622	20.074	12.194	3.887	-	-	-	66.089
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	8.761	2.040	4.046	2.102	462	-	-	-	17.411
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	-	-	3.711	504	266	-	-	-	4.481
Responsabilidade Civil Hangar	4.744	-	10.738	4.015	349	-	-	-	19.846
Riscos de Engenharia	6.473	538	2.815	5.052	304	-	-	-	15.182
Riscos Diversos	9.023	1.288	2.719	10.373	1.458	-	-	-	24.861
Riscos Financeiros - Crédito Interno	23.447	6.615	35.557	23.534	102	-	-	-	89.255
Riscos Nomeados e Operacionais	56.499	7.056	29.377	34.430	6.354	-	-	-	133.716
Transporte Internacional	1.737	476	4.582	443	392	-	-	-	7.630
Transporte Nacional	5.190	2.224	5.248	1.938	1.059	-	-	-	15.659
Turístico	1.081	115	2.080	1.688	317	-	-	-	5.281
Vida em Grupo	-	-	1.211	-	173	-	-	-	1.384
Demais Ramos	12.604	5.186	23.138	12.910	4.006	-	-	-	57.844
Total	246.400	43.182	251.152	234.612	38.850	489	-	-	814.685
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	734.321
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	80.364
	2016								
	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Provisão complementar de cobertura - PCC	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total provisão para contratos de seguros
Aeronáuticos	5.138	156	713	5.314	328	-	-	-	11.649
Automóvel	7.045	-	4.298	795	652	-	-	-	12.790
DPVAT	-	-	20.216	79.668	-	772	-	-	100.656
Garantia Estendida	55.021	10	1.365	367	368	-	-	-	57.131
Garantia Segurado - Setor Público	14.846	3.230	191	3.075	488	-	-	-	21.830
Garantia Segurado Setor Privado	4.140	1.310	36	1.580	251	-	-	-	7.317
Lucros Cessantes	4.942	3.163	336	7.650	306	-	-	-	16.397
Responsabilidade Civil Profissional	14.496	2.611	11.847	15.815	3.035	-	-	-	47.804
Responsabilidade Civil Geral	37.867	4.035	65.024	40.408	12.470	-	-	-	159.804
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	21.593	4.268	18.815	19.354	3.936	-	-	-	67.966
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	8.378	1.994	1.018	1.853	280	-	-	-	13.523
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	909	34	10.965	1.221	467	-	-	-	13.596
Responsabilidade Civil Hangar	5.653	134	5.800	4.326	147	-	-	-	16.060
Riscos de Engenharia	40.651	380	3.941	5.059	292	-	-	-	50.323
Riscos Diversos	10.472	2.261	18.309	14.319	3.121	-	-	-	48.482
Riscos Financeiros - Crédito Interno	19.582	5.914	38.826	57.571	549	-	-	-	122.442
Riscos Nomeados e Operacionais	23.451	13.715	34.363	55.013	5.969	-	-	-	132.511
Transporte Internacional	2.133	939	8.497	6.869	1.919	-	-	-	20.357
Transporte Nacional	8.573	2.975	12.703	7.343	2.436	-	10.741	-	44.771
Turístico	834	1.594	3.089	4.853	1.254	-	-	-	11.624
Vida em Grupo	(1)	393	2.127	2.558	565	-	-	23	5.665
Demais Ramos	14.665	3.296	11.423	19.222	3.292	-	-	-	51.898
Total	300.388	52.412	273.902	354.233	42.125	772	10.741	23	1.034.596
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	919.616
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	114.980

22.1 Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	2017	2016
Provisões técnicas - seguros (A)	814.685	1.034.596
Direitos creditórios (i)	133.821	127.170
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	14.301	55.650
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	67.127	71.701
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	151.485	160.374
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	103.592	185.183
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	16.337	15.683
Depósitos judiciais redutores	-	83
Provisões do consórcio DPVAT	87.573	100.656
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	574.236	716.500
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	240.449	318.096

Fundos de investimento

Títulos de renda fixa

Ativos financeiros garantidores (D)

Excedente (E=D-C)

(i) Montante correspondente às parcelas à vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Seguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizadas no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A *tabela 1* demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

2017

2016

43.613 49.962

430.044 458.001

473.657 507.963

233.208 189.867

A *tabela 2* demonstra o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

A *tabela 3* demonstra a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, a *tabela 4* compara as reestimativas atuais somadas aos pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais. Seguindo instrução do órgão regulador, somente a partir de 2009 a Seguradora iniciou a apresentação de suas provisões de sinistro separando os valores brutos e líquidos de resseguro. Antes desse período, algumas provisões eram calculadas e registradas apenas com os valores retidos e, por esse motivo, não se pode

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) 31 de dezembro de 2017 - Bruto de resseguro

	Tabela 1 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões Totais para sinistros	47.802	79.463	89.122	243.229	252.131	257.014	321.487	643.865	671.021	525.103
(-) DPVAT	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573
(-) Retrocessão	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513
Despesa não alocada	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851
Provisões para sinistros	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584	565.704	552.628	424.166

	Tabela 2 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sinistros a Liquidar	11.249	28.778	31.873	94.458	120.722	92.938	128.073	252.651	239.841	230.789
IBNR	1.911	7.992	23.067	109.007	91.570	116.413	137.511	313.053	312.787	193.377
IBNER	3.773	3.773	3.773	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros (i, ii)	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584	565.704	552.628	424.166

	Tabela 3 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões reestimadas e valor pago até										
Um ano mais tarde	33.986	41.048	94.286	182.905	155.030	217.147	345.152	459.539	363.732	-
Dois anos mais tarde	37.026	42.480	85.832	145.503	139.754	234.846	305.402	423.995	-	-
Três anos mais tarde	36.117	45.341	88.376	129.144	164.220	238.135	280.784	-	-	-
Quatro anos mais tarde	39.278	57.097	70.327	146.852	173.164	233.826	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	51.737	39.063	71.097	144.618	162.048	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	34.616	34.879	38.662	139.763	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	29.807	47.604	57.574	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	32.362	26.880	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	22.205	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Tabela 4 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sobra (falta) cumulativa	(5.271)	13.663	1.139	63.702	50.244	(24.475)	(15.200)	141.709	188.896	-
Sobra (falta) cumulativa %	-31,1%	33,7%	1,9%	31,3%	23,7%	-11,7%	-5,7%	25,1%	34,2%	-

(b) 31 de dezembro de 2017 - líquido de resseguro

	Tabela 1 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões Totais para sinistros	44.405	69.726	67.527	91.310	101.985	127.301	152.751	255.428	309.781	253.691
(-) DPVAT	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573
(-) Retrocessão	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513
Despesa não alocada	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851
Provisões para sinistros	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147	79.638	96.848	177.267	191.388	152.753

	Tabela 2 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sinistros a Liquidar	7.852	23.510	21.243	25.509	29.370	40.427	43.504	73.678	83.799	83.078
IBNR	1.911	3.523	12.102	26.037	32.777	39.211	53.343	103.589	107.589	69.676
IBNER	3.773	3.773	3.773	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros (i, ii)	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147	79.638	96.848	177.267	191.388	152.753

	Tabela 3 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões reestimadas e valor pago até										
Um ano mais tarde	26.013	30.131	37.072	49.429	60.401	68.117	96.606	137.153	127.124	-
Dois anos mais tarde	29.642	32.882	37.257	52.918	47.877	71.344	89.557	120.367	-	-
Três anos mais tarde	31.019	32.162	40.118	42.718	52.002	70.914	79.050	-	-	-
Quatro anos mais tarde	31.947	36.863	30.583	41.755	49.058	60.811	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	36.582	27.356	27.387	35.012	42.407	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	27.220	23.648	20.570	34.056	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	23.185	21.740	19.512	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	22.114	16.803	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	16.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Tabela 4 - Dezembro									
	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sobra (falta) cumulativa	(2.900)	14.003	17.606	17.491	19.739	18.827	17.797	56.899	64.264	-
Sobra (falta) cumulativa %	-21,4%	45,5%	47,4%	33,9%	31,8%	23,6%	18,4%	32,1%	33,6%	-

(*) Nota: Os montantes de PSL incluem a PDR

(c) Provisão de sinistros judiciais

A Seguradora avalia constantemente os saldos de suas provisões de sinistros judiciais e re-estima os valores quando necessários, desta forma mantem sempre a melhor estimativa. A tabela abaixo demonstra as movimentações dos sinistros judiciais do último exercício analisado.

	Provisão Bruta de Resseguro	Provisão Líquida de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.222	7.353
Sinistros Avisados	4.557	2.807
Encerramento sem Indenização	(4.784)	(3.238)
Pagamento de Sinistros	(2.937)	(2.583)
Alterações de Estimativa	21.840	4.864
Atualização Monetária e Juros	4.464	1.638
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.362	10.841
Sinistros Avisados	11.969	5.581
Encerramento sem Indenização	(3.338)	(1.777)
Pagamento de Sinistros	(5.670)	(3.856)
Alterações de Estimativa	6.922	782
Atualização Monetária e Juros	(12.899)	2.495
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.346	14.066

22.4 Movimentações de saldos patrimoniais de provisões técnicas dos contratos de seguro e resseguro

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de seguro e contratos de resseguro:

	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro	Mutação da PET	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	354.430	173.796	Saldo em 31 de dezembro de 2015	8	8
Novos Contratos Emitidos	705.448	350.763	Reversão da Reserva Anterior	(8)	(8)
Riscos Expirados	(589.289)	(262.234)	Constituição da Nova Reserva	23	23
Riscos Cancelados/Restituídos	(170.201)	(97.822)	Saldo em 31 de dezembro de 2016	23	23
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.388	164.503	Reversão da Reserva Anterior	(23)	(23)
Novos Contratos Emitidos	818.645	516.843	Constituição da Nova Reserva	-	-
Riscos Expirados	(621.839)	(301.938)	Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-
Riscos Cancelados/Restituídos	(250.794)	(197.223)	Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	246.400	182.185	Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-
			Mutação da PCC		
			Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.407	378
			Reversão da Reserva Anterior	(12.407)	(378)
			Constituição da Nova Reserva	10.741	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.741	-
			Reversão da Reserva Anterior	(10.741)	-
			Constituição da Nova Reserva	-	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-
			Mutação da PSL com PDR		
			Saldo em 31 de dezembro de 2015	516.859	342.687
			Sinistros Avisados	140.003	46.439
			Alterações de Estimativa	306.142	102.546
			Pagamento de Sinistros	(347.865)	(166.807)
			Encerramento Sem Indenização	(105.342)	(17.966)
			Atualização Monetária e Juros	(4.116)	(3.047)
			Variação IBNER	(187.549)	(127.795)
			Movimentação DPVAT e Retrocessões	(2.105)	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2016	316.027	176.057
			Sinistros Avisados	148.067	38.733
			Alterações de Estimativa	289.479	89.443
			Pagamento de Sinistros	(293.426)	(20.696)
			Encerramento Sem Indenização	(153.677)	(121.982)
			Atualização Monetária e Juros	6.863	6.519
			Variação IBNER	(7.931)	(252)
			Movimentação DPVAT e Retrocessões	(15.400)	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2017	290.002	167.822
			Mutação da IBNR		
			Saldo em 31 de dezembro de 2015	126.585	45.750
			Reversão da Reserva Anterior	(126.585)	(45.750)
			Constituição da Nova Reserva	354.233	185.183
			Saldo em 31 de dezembro de 2016	354.233	185.183
			Reversão da Reserva Anterior	(354.233)	(185.183)
			Constituição da Nova Reserva	234.612	103.592
			Saldo em 31 de dezembro de 2017	234.612	103.592
			Mutação da DAC		
			Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.120	-
			Novas Estimativas de Comissões Emitidas	8.618	-
			Estimativa de Comissões Amortizadas	(88)	-
			Reversão da Reserva Anterior	(13.120)	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.530	-
			Novas Estimativas de Comissões Emitidas	7.571	-
			Estimativa de Comissões Amortizadas	(243)	-
			Reversão da Reserva Anterior	(8.530)	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.328	-
			Mutação da DAC-RVNE		
			Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.120	-
			Novas Estimativas de Comissões Emitidas	8.618	-
			Estimativa de Comissões Amortizadas	(88)	-
			Reversão da Reserva Anterior	(13.120)	-
			Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.530	-
			Novas Estimativas de Comissões Emitidas	7.571	-

....continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista.

Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

Em 31.12.2015 a Seguradora constituiu contingência tributária referente a Contribuição Previdenciária incidente sobre as comissões pagas aos corretores de seguro nos exercícios de 1996 a 2000 (período da joint venture com o grupo Unibanco) resultado da avaliação jurídica de nossos assessores legais sobre os 2 processos que discutem a incidência da Contribuição Previdenciária. A análise de risco dos processos foi classificada em Provável de Perda, resultando em uma provisão no valor total de R\$ 2.746 (Principal: R\$ 1.196 - Juros: R\$ 1.550), correspondente ao valor do Depósito Judicial.

Em 29.08.2017 a Seguradora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT - instituído pela MP 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, para liquidação do débito. Como resultado da adesão ao programa, houve a reversão da provisão no valor de R\$ 3.074 (Principal: R\$ 1.195 - Juros: R\$ 1.875).

	2017	2016
Saldos Patrimoniais		
Provisões trabalhistas	-	146
Provisões cíveis	274	264
Provisões fiscais	-	2.999
	274	3.409

	2017	2016
Movimentação		
Saldo inicial	3.409	5.553
Constituição	13	131
Reversão	(1.273)	(1.239)
Juros/Atualização	(1.875)	(1.036)
Saldo final	274	3.409

Contingências 2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Saldos Patrimoniais			
Perda provável	22	3.023	274
Perda possível	339	20.913	-
Perda remota	57	8.052	-
	418	31.988	274

Contingências 2016			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Saldos Patrimoniais			
Perda provável	17	5.579	3.409
Perda possível	224	12.557	-
Perda remota	44	12.046	-
	285	30.182	3.409

Sinistros judiciais - 2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado líquido de resseguro
Chance de ocorrência			
Perda provável	41	884	766
Perda possível	363	23.119	11.560
Perda remota	26	797	1.593
	430	24.800	13.919

Sinistros judiciais - 2016			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado líquido de resseguro
Chance de ocorrência			
Perda provável	26	2.112	1.690
Perda possível	348	16.260	8.130
Perda remota	65	5.109	1.021
	439	23.481	10.841

24 PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	2017	2016
Imposto de Renda	3.668	3.168
Contribuição Social	2.934	2.535
	6.602	5.703

	2017	2016
Outros ajustes temporários	6.602	5.703
Total	6.602	5.703

	2017	2016
Passivo não circulante	6.602	5.703
A ser realizado após 12 meses	6.602	-
Total	6.602	-

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Outros ajustes temporários	Total
Tributos Diferidos Passivos		
Saldo em 31 de dezembro 2016	5.703	5.703
Constituição	899	899
Saldo em 31 de dezembro 2017	6.602	6.602

Em 2016 a Seguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R\$ 5.703 decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, como MTM, Juros sobre Contingências Fiscais Passivas e Provisão para PIS e COFINS Diferidos, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores

25 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.099.262 (R\$ 1.081.297 em dezembro de 2016) está representado por 5.850.415.554 ações ordinárias (5.850.415.554 em dezembro de 2016), todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária é de 90,5601063736% pela AIG Brasil Holding I, LLC e 9,4398936264% pela AIG Brasil Holding II, LLC.

(b) Aumentos de capital

(i) Aumento de capital de R\$ 17.965 referente a AGE de 27 de dezembro de 2016, processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72, aprovado conforme portaria SUSEP/DIORG nº 213 de 02 de fevereiro de 2017.

(c) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, e em 2017 houve o recebimento de R\$ 6.790 de juros sobre o capital próprio e R\$ 3.623 referente a dividendos da AIG Resseguros Brasil.

(e) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Seguradora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2017	2016
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	88.749	(268.207)
Quantidade de ações ordinárias em circulação	5.838.379.633	4.981.972.468
Lucro líquido/(Prejuízo) diluído por ação	0,02	(0,05)

26 PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Ramo	2017		2016	
	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Aeronáuticos	(257)	0%	4.250	1%
Automóvel	(119)	0%	16.056	3%
Compreensivo Empresarial	7.501	1%	6.617	1%
Crédito à exportação	3.420	1%	4.520	1%
DPVAT (todas as categorias)	33.724	6%	53.276	10%
Garantia Estendida	39.412	7%	35.342	6%
Garantia Segurado - Setor Público	43.835	7%	8.009	1%
Lucros Cessantes	21.772	4%	14.061	3%
Responsabilidade Civil Geral	24.522	4%	35.262	6%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	63.732	11%	51.363	9%
Responsabilidade Civil Profissional	32.283	5%	29.720	5%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	16.026	3%	12.945	2%
Responsabilidade Civil Facultativa	(52)	0%	5.025	1%
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	21.752	4%	9.960	2%
Riscos de Engenharia	(23.279)	-4%	1.352	0%
Riscos Diversos	32.703	6%	29.995	5%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	63.707	11%	53.318	10%
Riscos Nomeados e Operacionais	100.806	17%	60.780	11%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	9.302	2%	7.819	1%
Transporte Internacional	4.737	1%	5.749	1%
Transporte nacional	23.309	4%	36.511	7%
Turístico	1.156	0%	14.064	3%
Viagem	42.606	7%	19.180	4%
Vida em Grupo	3.358	1%	8.440	2%
Demais ramos	26.632	4%	22.283	4%
Total	592.588	100%	545.897	100%

26.1 Prêmios ganhos por ramos de atuação

Ramo	2017		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes Pessoais Coletivo	272	28%	20%
Aeronáuticos	5.019	1210%	8%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	589	-25%	16%
Automóvel	3.895	34%	15%
Compreensivo Empresarial	7.097	35%	22%
Crédito à exportação	4.257	-89%	15%
DPVAT (todas as categorias)	33.525	85%	1%
Garantia Estendida	29.780	16%	60%
Garantia Segurado - Setor Público	15.673	10%	9%
Lucros Cessantes	16.780	-27%	8%
Responsabilidade Civil Geral	42.969	2%	12%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	60.103	-2%	15%
Responsabilidade Civil Profissional	31.444	43%	14%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	15.599	54%	15%
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	20.400	60%	20%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	902	1050%	9%
Responsabilidade Civil Facultativa	1.231	20%	15%
Riscos de Engenharia	10.741	13%	10%
Riscos Diversos	30.822	8%	17%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	59.142	-6%	10%
Riscos Nomeados e Operacionais	75.646	-12%	9%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	8.964	10%	10%
Transporte Internacional	5.697	-200%	11%
Transporte nacional	38.185	42%	9%
Turístico	2.388	273%	10%
Vida em Grupo	3.774	-5%	19%
Demais ramos	71.848	43%	7%
	596.742	28%	13%

Ramo	2016		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes Pessoais Coletivo	729	71%	14%
Aeronáuticos	11.302	-143%	7%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	5.084	1%	17%
Automóvel	30.423	123%	15%
Compreensivo Empresarial	5.488	187%	22%
Crédito à exportação	3.744	-69%	13%
DPVAT (todas as categorias)	52.955	86%	1%
Garantia Estendida	39.017	11%	60%
Garantia Segurado - Setor Público	11.518	-33%	13%
Lucros Cessantes	14.394	2%	8%
Responsabilidade Civil Geral	46.883	36%	10%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	51.567	18%	16%
Responsabilidade Civil Profissional	27.941	25%	14%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	11.372	-1%	21%
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	10.005	61%	22%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	2.833	-99%	8%

Ramo	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	2016
			Percentual índice de comissionamento
Responsabilidade Civil Facultativa	10.238	65%	16%
Riscos de Engenharia	12.253	-125%	11%
Riscos Diversos	30.239	73%	19%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	55.563	250%	8%
Riscos Nomeados e Operacionais	66.370	70%	9%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	10.647	-8%	8%
Transporte Internacional	15.063	88%	12%
Transporte nacional	36.245	111%	16%
Turístico	21.798	79%	2%
Vida em Grupo	9.405	45%	22%
Demais ramos	42.229	-12%	7%
	635.305	60%	14%

27 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2017	2016
Provisão de prêmios não ganhos	(6.410)	88.078
Provisão de excedente técnico	23	(15)
Provisão complementar de cobertura	10.741	1.667
Outras provisões	(200)	(322)
	4.154	89.408

28 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2017	2016
Indenizações Avisadas - Administrativas	296.342	319.086
Indenizações Avisadas - Judiciais	8.740	14.059
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	18.730	21.492
Despesas com Sinistros - Administrativos	11.306	16.514
Despesas com Sinistros - Judiciais	1.803	8.006
Retrocessões - Indenização	134	(661)
Retrocessões - Despesa	10	8
Recuperação de sinistros - Co-seguro	(45.073)	(18.809)
Salvados	(6.795)	(3.742)
Ressarcimentos	(8.424)	(3.713)
Variação de Sinistros IBNR	(114.125)	200.638
Variação de Sinistros IBNER - Ajuste PSL	(3.556)	(188.085)
Variação de Despesas Relacionadas do IBNR	(266)	1.637
Despesas com Sinistros Consórcios Fundos	8.182	9.399
Serviços de Assistência	803	5.096
Sinistros ocorridos	167.811	380.925

29 CUSTO DE AQUISIÇÃO

A abertura da despesa custo de aquisição de contratos de seguro:

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes Pessoais Coletivo	54	105	54	105
Aeronáuticos	395	836	395	836
Automóvel	576	4.657	576	4.657
Compreensivo Empresarial	1.551	1.223	1.551	1.223
DPVAT (Todas as categorias)	398	746	398	746
Garantia Segurado - Setor Público	2.073	1.860	2.073	1.860
Garantia Estendida	17.728	23.324	17.728	23.324
Lucros Cessantes	1.341	1.212	1.341	1.212
Responsabilidade Civil Geral	4.983	4.866	4.983	4.866
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	9.144	8.043	9.144	8.043
Responsabilidade Civil Profissional	4.482	4.045	4.482	4.045
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	2.317	2.358	2.317	2

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 RESULTADO FINANCEIRO		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	37 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	
	2017	2016					
Rendimento com títulos de renda fixa	62.665	78.747					
Rendimento com títulos de renda variável	654	(1.418)					
Receita de fracionamento de prêmios de operações de seguros	748	2.027					
Oscilação cambial de exposição ativa	7.382	(21.954)					
Receita com depósitos judiciais e fiscais	17	58					
Receitas financeiras eventuais	3.441	2.294					
Despesa de fracionamento de comissão de operações de seguros	(133)	(346)					
Oscilação cambial de exposição passiva	(18.460)	8.200					
Encargos sobre tributos	(9.017)	(360)					
Impostos e contribuições de transações	(6.180)	(9.193)					
Receitas/(Despesas) financeiras eventuais	(684)	869					
Outras despesas financeiras	340	(136)					
Resultado financeiro	40.773	58.788					

35 RESULTADO PATRIMONIAL		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	36 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2017	2016					
Aluguel	1.747	2.924					
Equivalência Patrimonial (*)	15.256	8.561					
Depreciação Imóveis	-	(1.508)					
Receita venda participação	-	9					
Total	17.003	9.986					

(*) Contempla a receita de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.790 (R\$ 4.500 em 2016).

36 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	38 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	
	2017	2016					
Aluguel	1.747	2.924					
Equivalência Patrimonial (*)	15.256	8.561					
Depreciação Imóveis	-	(1.508)					
Receita venda participação	-	9					
Total	17.003	9.986					

Em 31.05.2017 a Receita Federal do Brasil publicou a Medida Provisória nº 783 instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com opções para liquidação dos débitos em aberto junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Posteriormente, em 24.10.2017 a MP foi convertida na Lei nº 13.496. A AIG Seguros Brasil S.A. aderiu ao programa em 29.08.2017 para pagamento dos débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 6.499) decorrentes de um Auto de Infração recebido em 2012. O referido Auto estava em discussão administrativa e com base na decisão de 2ª instância do CARF, esta Seguradora não apresentou novo recurso, reconhecendo o débito para inclusão no PERT, na modalidade de pagamento à vista de 20% da dívida (R\$ 3.972), em 5 parcelas em espécie, pagas no período de Agosto à Dezembro/2017, e liquidação do saldo remanescente (R\$ 15.890) com utilização de créditos de prejuízo fiscal (imposto de renda diferido).

(*) Refere-se a constituição de crédito tributário de Imposto de Renda sobre Prejuízos fiscais de períodos anteriores, para o devido aproveitamento e pagamento dos débitos incluídos no PERT, sendo R\$ 15.890 (IR/CS auto de infração) + R\$ 786 (Ação judicial de INSS).

	AIG Resseguro	Travel guard	AIG Índia	AIG Colômbia	AIG technologies (AIG Global services)	AIG Espanha	AIG Europe Asset	AIG property and casualty, inc.	AIG PC Global services, inc.	AIG Dublin
Transações administrativas										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.251	(14)	(195)	(1.224)						
Ativo	5.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	(970)	(249)	(18.323)	(20.308)	(20.479)	(78)	-	-	-
Pagamento	-	993	195	3.466	19.958	-	79	-	-	-
Recebimento	(5.951)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.397	9	(249)	(16.081)	(350)	(20.479)	1			
Ativo	3.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	(900)	(3.655)	(777)	(8.630)	(27.289)	(44)	(20.054)	(726)	(76)
Pagamento	-	689	3.843	16.858	8.303	47.768	43	-	-	-
Recebimento	(5.468)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(202)	(61)	-	(677)	-	-	(20.054)	(726)	(76)
Transações operacionais										
Saldo em 31 de dezembro de 2015										
Despesa (i)								14.083		(9.809)
Receita (ii)								(86.884)		(28.321)
Pagamento								18.639		10.851
Recebimento								72.022		30.552
Saldo em 31 de dezembro de 2016								(20.660)		11.405
Despesa (i)								(137.053)		(20.992)
Receita (ii)								57.998		21.547
Pagamento								91.276		25.431
Recebimento								(38.905)		(23.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2017								(29.484)		17.618

(i) Valores referentes a despesas com emissões de prêmios em resseguro.
(ii) Valores referentes a receita com recuperações de comissão e sinistros.

39 OUTRAS INFORMAÇÕES		Importância segurada	
		2017	2016
(a) O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício findo de 2017, o montante de R\$ 3.002 (2016 - R\$ 3.134).			
(b) Cobertura de seguros			
A Seguradora e sua controlada adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:			

Itens	Tipos de cobertura	2017	2016
01 - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - 6º ao 10º andares; Bloco E - Bairro - Cidade Vila Nova Conceição - São Paulo/SP	Seguro empresarial incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados.	62.642	119.089
02 - Avenida Almirante Barroso, nº 52 - Conjuntos 1201, 1202, 1401, 1402 e 2801 - Centro - Rio de Janeiro/RJ			
03 - Av. Carlos Gomes, 111 - 3º andar - conjunto 401 - Edifício Centro Empresarial Presidente Kennedy - Porto Alegre - RS			
04 - Rua Pasteur, nº 463, Bairro Água Verde, nº 603 - Edifício Jatobá - Curitiba/PR			
05 - Rua Antonio de Albuquerque, nº 156 - Sala 610 e 5º andar - conjunto 502 - Savassi - Belo Horizonte/MG			
Administradores e diretores (D&O)	Seguro de responsabilidade civil profissional a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela seguradora.	40.000	43.000
Responsabilidade civil geral	Seguro de responsabilidade civil geral poluição, contaminação e vazamentos.	-	3.253
	Contratação do seguro de terrorismo e Contratação do seguro E&O	72.642	-
Total		175.284	165.342

(c) No exercício findo de 2017, a Seguradora não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.
(d) Com motivo da estratégia definida pela Seguradora de descontinuar determinados produtos de linhas pessoais a fim de otimizar a estrutura operacional foi comunicado ao mercado e acionistas em 04 de Outubro de 2016 que AIG Seguros Brasil S.A. assinou em 30 de setembro de 2016 o acordo de transferência de carteira de automóveis junto a Porto Seguro Seguradora de Seguros Gerais dos ramos 0520, 0531, 0542 e 0553. A partir de 03 de abril de 2017, a gestão das apólices do seguro Auto AIG (que possuíam uma vigência média de 365 dias) passou a ser feita pela Porto Seguro, inclusive o atendimento referente à assistência 24 horas, sinistros e endossos. Os sinistros ocorridos antes de 03 de abril de 2017 continuam sendo administrados pela AIG Seguros Brasil S.A. até a sua conclusão, assim como continuam sob gestão da AIG a cobrança de parcelas em aberto das apólices vigentes e os pagamentos das respectivas comissões. A efetiva conclusão da operação de transferência da carteira, foi aprovada pela SUSEP em 22 de março de 2017. Os detalhes da transação foram devidamente comunicados a SUSEP em conformidade a normativa aplicável e são de pleno conhecimento dos acionistas.
(e) Em 26 de fevereiro de 2018 as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituído pela AIG Seguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES
Conselheiros	Diretor Presidente
Fábio Protásio Jorge de Oliveira	Francisco Ignácio Espinoza Concha
Pedro Bernardo Coimbra Fernandes	Fernando Borges Porelo
	Nélia Cláudia Soares
	Fábio Protásio Jorge de Oliveira
	Fabio Cabral da Silva
	Luis Ricardo Souza de Almeida
	Roseli Midori Kanazawa
	Contadora
	CRC - 1SP187230/O-8
	Comitê de Auditoria
	Assisio Aparecido de Oliveira
	Josemar Costa Silva
	Luiz Pereira de Souza

continua...

...continuação

Relatório do Comitê de Auditoria - Dezembro de 2017

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da

AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, até esta data, em 2017, em dez oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2017, até esta data, o

Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência SUSEP. O Comitê realizou ainda reunião com a Presidência. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria**Josemar Costa Silva**
Membro do Comitê de Auditoria**Luiz Pereira Souza**
Membro do Comitê de Auditoria**Parecer dos Auditores Atuariais Independentes**

Aos Acionistas e Administradores da

AIG Seguros Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **Aig Seguros Brasil S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão quando registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros**

Brasil S.A. para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da **AIG Seguros Brasil S.A.**

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	289.582
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL e IBNeR)	239.700
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	158.979
Provisão de Despesas Relacionadas/Outras - PDR	38.850
Total de Provisões Técnicas Auditadas	727.111
Provisões Técnicas do Seguro DPVAT - Não auditadas ⁽¹⁾	87.573
Total de Provisões (A)	814.684

⁽¹⁾ Conforme Resolução CNSP 321/2015, Artigo 110 §1º, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.

Valores Redutores de Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	133.821
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	14.301
Ativos de Resseguro Redutores	338.541
Total de Redutores (B)	486.663
Total das Provisões Técnicas Líquidas (A - B)	328.021
Total das Provisões a serem Garantidas ⁽¹⁾	240.448

⁽¹⁾ Saldo líquido de DPVAT e de operações de previdência complementar, pois estes ativos garantem exclusivamente as respectivas provisões, conforme Circular SUSEP nº 386/2009 e Circular SUSEP nº 338/2007.

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA ⁽¹⁾ (a)	285.001
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	40.517
Capital de Risco - Crédito (d)	39.371
Capital de Risco - Operacional (e)	3.798
Capital de Risco - Mercado (f)	9.855
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(17.095)
Capital de Risco (h)	76.445
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) = Maior entre (b) e (h)	76.445
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a)-(i)	208.555
Índice de Suficiência/(Insuficiência) do PLA em relação ao CMR	272,82%

⁽¹⁾ Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é a conta que resultou de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Liquidez em Relação ao Capital de Risco

Provisões a serem Garantidas ⁽¹⁾ (a)	Em Milhares de R\$
Ativos Garantidores Aceitos ⁽¹⁾ (b)	240.448
Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem Garantidas (c) = (b)-(a)	473.657
Capital de Risco ⁽²⁾ (d)	233.209
Índice de Liquidez em Relação ao Capital de Risco ⁽³⁾ (c)/(d)	76.419

⁽¹⁾ Líquido de DPVAT

⁽²⁾ Capital de Risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

⁽³⁾ Conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e Resolução CNSP nº 360/2017, a liquidez em relação ao CR é caracterizada quando o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, for superior a 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **AIG Seguros Brasil S.A.** e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

MERCER
MAKE TOMORROW. TODAY
GAMA Consultores Associados Ltda.
CNPJ 02.941.736/0001-90

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

CIBA 67

Cesar Luiz Danielli

Atuário, MIBA MTb/RJ 824

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

AIG Seguros Brasil S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5



AIG Seguros Brasil S.A.

CNPJ nº 33.040.981/0001-50
www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2017

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A marca AIG é referência mundial em seguros. São quase 100 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Presente no mercado brasileiro desde 1949, e com um dos mais completos portfólios de produtos do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

AIG Brasil está prioritariamente focada no segmento de seguros corporativos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade, Garantia e Crédito, além de Seguro Viagem, entre outros.

A AIG Seguros Brasil, subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores maior agilidade no atendimento ao mer-

cado. O Grupo AIG também opera em resseguros através da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admitida), com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e políticas de qualidade do grupo AIG.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 592,6 milhões no exercício findo de 2017, 8,6% maior que o exercício findo de 2016. No exercício findo de 2017, a Seguradora apresentou um lucro líquido de R\$ 88,7 milhões, 133% de variação positiva comparada com o prejuízo de R\$ 268,2 milhões do exercício findo de 2016. Essa variação no resultado de R\$ 357 milhões foi marcada além do aumento das emissões de prêmios, por uma melhor sinistralidade de R\$ 213 milhões, redução de despesas operacionais de R\$ 161 milhões e despesas administrativas menores em R\$ 131 milhões, entre outros.

Distribuição de lucros

A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.

Perspectivas

Com o mercado demonstrando sinais de recuperação, as perspectivas macroeconômicas para 2018 são positivas, porém ainda desafiadoras diante das mudanças estruturais em andamento. Acreditamos que com nosso

foco na excelência de subscrição e atendimento às demandas do mercado, aliados à reorganização dos negócios e à redução de despesas que realizamos, estamos preparados para atuar com a agilidade que nossos corretores parceiros e clientes esperam. Incrementamos os investimentos na capacitação contínua da nossa equipe e cadeia comercial, em tecnologia e no fortalecimento dos valores da AIG, como voluntariado, inclusão e diversidade, pois acreditamos na contribuição destes fatores para que continuemos sendo uma seguradora líder nos segmentos de grandes riscos e de pequenas e médias empresas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da AIG Seguros Brasil S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
Ativo	2017	2016	
Circulante	1.275.468	1.356.008	
Disponível	39.783	15.037	
Caixa e bancos (Nota 5)	39.783	15.037	
Aplicações financeiras (Nota 6)	561.464	608.882	
Créditos das operações com seguros e resseguros	240.601	213.677	
Prêmios a receber (Nota 7)	185.374	160.284	
Operações com seguradora	3.915	6.689	
Operações com resseguradora (Nota 8)	48.982	43.576	
Outros créditos operacionais	2.330	3.128	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	375.354	440.922	
Títulos e créditos a receber	28.627	13.066	
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	9.679	6.606	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	15.737	921	
Outros créditos (Nota 12)	3.211	5.539	
Outros valores e bens	185	70	
Bens a venda	185	70	
Despesas antecipadas (Nota 13)	-	7.274	
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	29.545	57.080	
Não circulante	228.278	299.201	
Realizável a longo prazo	105.091	167.256	
Créditos das operações com seguros e resseguros	14.813	39.699	
Prêmios a receber (Nota 7)	14.813	38.557	
Operações com seguradora	-	1.142	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	50.333	73.310	
Títulos e créditos a receber	39.341	41.318	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	22.842	25.417	
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	16.058	15.464	
Outros créditos operacionais	441	437	
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	604	12.929	
Investimentos (Nota 16)	103.078	98.130	
Participações societária	100.371	95.622	
Imóveis destinados à renda	2.707	3.508	
Imobilizado	11.871	19.841	
Imóveis de uso próprio	529	529	
Bens móveis	5.683	9.433	
Outras imobilizações	5.659	9.879	
Intangível	8.238	12.974	
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	8.238	12.974	
Total do ativo	1.503.746	1.655.209	
Passivo	1.026.167	1.213.900	
Circulante	90.742	85.073	
Contas a pagar (Nota 17.1)	12.393	12.213	
Obrigações a pagar (Nota 18)	21.360	17.670	
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 18)	5.739	6.334	
Impostos e contribuições (Nota 18)	9.764	2.613	
Outras contas a pagar (Nota 17.2)	41.486	46.243	
Débitos de operações com seguros e resseguros	198.565	200.359	
Prêmios a restituir	2.494	955	
Operações com seguradora	10.168	30.030	
Operações com resseguradoras (Nota 19)	161.641	139.503	
Corretores de seguros e resseguros	23.055	29.736	
Outros débitos operacionais (Nota 20)	1.207	135	
Depósitos de terceiros (Nota 21)	2.539	8.852	
Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	734.321	919.616	
Danos	721.955	902.653	
Pessoas	12.366	16.963	
Não circulante	87.441	139.920	
Contas a pagar	6.602	5.703	
Tributos diferidos (Nota 24)	6.602	5.703	
Débitos de operações com seguros e resseguros	201	15.828	
Operações com seguradora	-	9.926	
Operações com resseguradoras (Nota 19)	-	1.683	
Corretores de seguros e resseguros	201	4.219	
Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	80.364	114.980	
Danos	77.638	110.933	
Pessoas	2.726	4.047	
Outros débitos	274	3.409	
Provisões judiciais (Nota 23)	274	3.409	
Patrimônio líquido	390.138	301.389	
Capital social (Nota 25(a))	1.099.262	1.081.297	
Aumento de capital (em aprovação)	-	17.965	
Prejuízo acumulado	(709.124)	(797.873)	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.503.746	1.655.209	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de Dezembro

		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	Capital social	Aumento capital (em aprovação)	Lucros/(Prejuízos) acumulados
Em 1º janeiro de 2016	878.026	79.807	(529.666)
Aumento de Capital aprovado em 21 de janeiro de 2016, conforme Portaria nº 1.308 - Processo SUSEP nº 15414.001825/2015-41	79.807	(79.807)	-
Aumento de Capital aprovado em 20 de abril de 2016, conforme Portaria nº 1345 - Processo SUSEP nº 15414.001097/2016-59	39.107	-	-
Aumento de Capital aprovado em 29 de junho de 2016, conforme Portaria nº 16 - Processo SUSEP nº 15414.001433/2016-63	38.992	-	-
Aumento de capital aprovado em 14 de setembro de 2016, conforme Portaria nº 105 - Processo SUSEP nº 15414.002065/2016-71	24.665	-	-
Aumento de capital aprovado em 17 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 179 - Processo SUSEP nº 15414.607365/2016-41	20.700	-	-
Aumento de Capital em aprovação conforme AGE de 27 de dezembro de 2016, Processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72	-	17.965	-
Prejuízo do exercício	-	-	(268.207)
Em 31 de dezembro de 2016	1.081.297	17.965	(797.873)
Em 1º janeiro de 2017	1.081.297	17.965	(797.873)
Aumento de Capital aprovado em 02 de fevereiro de 2017, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 213 - Processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72 (Nota 25(b))	17.965	(17.965)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	88.749
Em 31 de dezembro de 2017	1.099.262	17.965	(797.873)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 - complexo JK torre E - 10º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo/SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos que mediante aportes de capital foram investindo recursos ao longo destes anos, com o objetivo principal de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil. Esses investimentos são previstos e fazem parte, entre outros, da estratégia de ampliação e investimentos da Seguradora no Brasil. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

- Seguros de Pessoas**
 - Viagem
 - Roubo e danos
 - Outros
 - Seguros Corporativos**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e cível
 - Outros
- Em 22 de março de 2017, foi aprovada pela SUSEP a transferência da carteira de seguros de automóvel, para Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso ou valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNRY (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora, e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

(f) Provisão de Excedentes Técnicos ("PET")

A Provisão de Excedentes Técnicos é constituída para garantir a distribuição de parte do resultado técnico e operacional, conforme termos previsto nos contratos de seguros com a contraparte.

(g) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR e despesas não diretamente alocadas a sinistros (LJAE), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

(h) Provisão de Despesas Administrativas ("PDA")

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

2.11.3 Teste de Adequação dos Passivos (LAT - *Liability Adequacy Test*)

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado avaliando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Tanto para o teste dos riscos já assumidos quanto para os prêmios futuros, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.12 Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos exercícios de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14 Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.15.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro
As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do exercício de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.15.2 Receita de instrumentos financeiros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.15.3 Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do exercício do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores. Com base nas disposições da Circular SUSEP 517/2015 a Seguradora não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde

Julho de 2012, tendo em vista a projeção de prejuízos para os próximos 3 (três) exercícios sociais e prejuízos acumulados nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota explicativa 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras.

Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 vide nota 25.

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide nota 11.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1 Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O Risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade de que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por

qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra. A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, não inclui limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito. No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto.

Para fins de cálculo do TAP, a Seguradora analisou seus riscos conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG, sendo estes:

Seguros de Pessoas

• Acidentes Pessoais

• Automóvel

• Garantia Estendida

• Vida em Grupo

• Propriedade Pessoal

• Outros

Seguros Corporativos

• Aeronáutico

• Responsabilidade civil geral excedente

• Responsabilidade civil geral

• Propriedades

• Gerenciamento de crises

• Engenharia/Energia

• Ambiental

• Riscos financeiros

• Transportes

• Contas internacionais

• Grandes propriedades

• Garantia

• Risco de crédito

• Outros

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2017

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	2	18	-	182	1	203
Aeronáuticos	(65)	-	-	(5)	(30)	(100)
Automóvel (Casco)	(3)	(4)	-	(107)	(6)	(120)
Compreensivo Empresarial	406	882	73	4.171	1.995	7.527
Garantia Estendida	477	7.824	12.093	6.910	12.117	39.421
Lucros Cessantes	409	1.639	788	21.524	3.631	27.991
Responsabilidade Civil Profissional	1.229	1.252	58	24.404	5.516	32.459
Responsabilidade Civil Geral	934	1.590	94	20.951	2.781	26.350
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.243	2.928	237	62.503	3.005	69.916
Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga	3.830	2.497	156	8.935	5.761	21.179
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	704	1.284	185	11.207	2.065	15.445
Responsabilidade Civil Hangar	5.462	-	-	4.638	14	10.114
Riscos de Engenharia	223	29	72	(49.012)	36	(48.652)
Riscos Diversos	461	1.348	3.073	26.515	2.799	34.196
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	5.237	-	54.836	2.711	62.784
Riscos Nomeados e Operacionais	5.676	35.622	4.610	82.466	13.325	141.699
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	62	1.114	1.396	5.067	2.852	10.491
Transporte Internacional	129	166	5	4.487	306	5.093
Transporte Nacional	445	1.659	776	17.795	2.399	23.074
Turístico (Viagem)	2.863	4.086	223	5.308	5.908	44.075
Vida em Grupo	48	56	31	3.447	87	3.619
Demais Ramos	2.243	2.220	288	17.980	5.070	26.981
Total	26.778	71.447	24.158	359.569	71.693	553.646

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2017	33.724
- Os prêmios emitidos de Cosseguo Aceito em 31/12/2017	49.068
- Os prêmios emitidos de Cosseguo Cedido em 31/12/2017	(34.878)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2017	(8.971)
Total	592.500

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	26	46	5	667	10	754
Aeronáuticos	190	157	-	4.544	95	4.926
Automóvel	343	743	-	15.636	1,216	17.938
Compreensivo Empresarial	330	772	87	21.951	1,765	6.905
Garantia Estendida	4.390	8.084	4.245	6.312	12.590	35.611
Lucros Cessantes	254	2.639	206	10.117	4.925	18.141
Responsabilidade Civil Profissional	1.027	811	107	24.065	4.079	30.889
Responsabilidade Civil Geral	354	1.380	217	38.448	3.132	43.531
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.059	1.043	165	52.016	3.528	57.811
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	409	684	203	9.878	1.788	12.962
Responsabilidade Civil Facultativa	82	301	-	4.896	482	5.761
Responsabilidade Civil Hangar	5.015	586	-	6.683	280	12.564
Riscos de Engenharia	20	72	3	3.127	74	3.296
Riscos Diversos	190	1.477	5.491	22.508	2.107	31.773
Riscos Financeiros - Crédito interno	-	2.963	-	56.388	1.851	61.202
Riscos Nomeados e Operacionais	981	32.237	194	37.740	34.091	105.243
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	52	1.355	1.301	3.995	2.391	9.094
Transporte Internacional	377	140	61	6.742	525	7.845
Transporte Nacional	625	1.341	1.559	25.394	8.772	37.691
Turístico	-	1	-	19.057	461	19.519
Vida em Grupo	288	210	88	8.535	126	9.247
Demais Ramos	3.785	2.787	378	33.146	8.523	48.619
Total	19.797	59.829	14.310	393.845	92.741	580.522

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2016	53.276
- Os prêmios emitidos de Cosseguo Aceito em 31/12/2016	17.356
- Os prêmios emitidos de Cosseguo Cedido em 31/12/2016	(62.631)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2016	(42.626)
Total	545.897

(d) Concentração de risco por localidade - Retenção Líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes Pessoais Coletivo	(2)	(8)	-	247	1	268
Aeronáuticos	(17)	14	-	(3)	(7)	(12)
Automóvel (Casco)	(9)	(10)	-	(107)	(6)	(126)
Compreensivo Empresarial	350	738	66	3.361	1.549	6.064
Garantia Estendida	477	7.824	12.093	6.910	12.117	39.421
Lucros Cessantes	60	413	107	4.481	1.657	6.718

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2016										
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA-	A+	A	A-	BB	B+	Sem Rating	Saldo contábil
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro										
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	-	-	-	-	108.277	-	-	108.277
Ativos pré-fixados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	145.008	-	-	145.008
Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	21.268	25.399	140.990	359	5.614	10.796	-	290	-	204.716
Cotas Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	100.679	100.679
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.467
Exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.563
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Instrumentos financeiros	21.268	25.399	140.990	359	5.614	10.796	253.285	290	150.881	608.882

Receíveis

Prêmios a receber de segurados caixa e bancos 15.037

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com rating de crédito de acordo com as orientações da SUSEP sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de rating de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição dos parceiros e percentuais de alocação, pelo menos a cada renovação de contrato.

A tabela a seguir apresenta o total de prêmios diretos divididos entre ativos impaired e ativos vencidos e não vencidos não classificados como *impaired*.

Classe	Ressegurador	Resseguradora	Cedido - %	Rating	A. M. Best Company	Agência Classificadora Standard & Poor's/FITCH
Local		IRB Brasil Resseguros S.A.	35	Sem rating	-	-
Local		AIG Resseguros Brasil S.A.	22	Sem rating	-	-
Local		Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	2	Sem rating	-	-
Local		Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	1	Sem rating	-	-
Admitida		Lloyd's	16	-	A	A+
Admitida		American Home Assurance Company	9	-	-	A
Admitida		Hannover Rück SE	6	-	A+	AA-
Admitida		Swiss Reinsurance Company	5	-	A+	AA-
Admitida		Liberty Mutual Insurance Company	1	-	A	A
Admitida	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München		1	-	-	AA-
Eventual		General Insurance Corporation Of India	1	-	A-	-
Eventual		National Liability & Fire Insurance Company	1	-	A++	-
			100			

4.5 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Para que o objetivo seja alcançado, as decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 321/2015, 343/2016 e 360/17 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capital para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido (+/-)	390.138	301.389
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(100.371)	(95.622)
Despesas antecipadas (-)	-	(7.274)
Ativos intangíveis (-)	(8.238)	(12.974)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	281.529	185.519
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.472	628
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos (+/-)	285.001	186.147
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição (CAS)	40.517	72.760
Capital adicional de risco de crédito	39.371	37.087
Risco de mercado (I)	9.855	2.140
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(17.095)	(14.570)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	3.798	4.703
Capital de risco (II)	76.446	102.120
Capital mínimo requerido (III)	76.446	102.120
Suficiência de capital (IV)	208.555	84.027
Suficiência de ativos garantidores - vide (nota 24.1)	233.208	189.867
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR)) (V)	15.289	20.424

(-) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco

	2017	2016
(i) De acordo com o resolução CNSP321/2015, o valor de risco de mercado utilizado até 30 de dezembro de 2017 corresponde a 50% do montante apurado na parcela CRmer.		
(ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.		
(iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.		
(iv) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.		
(v) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido-CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.		

5 CAIXA E BANCOS

	2017	2016
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	39.783	15.037
Total de caixa e equivalentes de caixa	39.783	15.037

7 PRÊMIOS A RECEBER

	2017	2016
Prêmios direto	141.615	220.380
Prêmios de cosseguro aceito	19.456	7.355
Prêmios estimados	44.262	53.231
Provisão para impairment de prêmios	(5.146)	(82.125)
	200.187	198.841
Circulante	185.374	160.284
Não circulante	14.813	38.557

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	31 de dezembro de 2017						Saldo contábil	Percentual por categoria
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de caixa contratual e não descontado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)								
Fundos de investimento								
DPVAT	87.690	-	-	-	-	87.690	16%	
Exclusivo	24.241	-	-	-	-	24.241	4%	
Mútuo	19.372	-	-	-	-	19.372	3%	
Ativos pré-fixados								
Públicos		42.419	-	63.404	-	105.823	19%	
Privados		-	-	-	-	-	-	
Ativos pós-fixados								
Públicos		-	65.061	58.945	-	124.006	22%	
Privados		34.409	54.024	106.777	5.006	200.216	36%	
Outros	116	-	-	-	-	116	-	
Total ativos financeiros	131.419	76.828	119.085	229.126	5.006	561.464	100%	

Composição da carteira	31 de dezembro de 2016						Saldo contábil	Percentual por categoria
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de caixa contratual e não descontado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)								
Fundos de investimento								
DPVAT	100.679	-	-	-	-	100.679	17	
Exclusivo	38.467	-	-	-	-	38.467	6	
Mútuo	11.563	-	-	-	-	11.563	2	
Ativos pré-fixados								
Públicos		70.194	-	38.082	-	108.276	18	
Privados		-	-	-	-	-	-	
Ativos pós-fixados								
Públicos		27.818	16.800	100.391	-	145.009	24	
Privados		33.432	35.476	135.808	-	204.716	33	
Outros	172	-	-	-	-	172	-	
Total ativos financeiros	150.881	131.444	52.276	274.281	-	608.882	100	

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2017		2016	
	Valor do investimento na curva	Valor de mercado	Valor do investimento na curva	Valor de mercado
Fundo Soberano (exclusivo)				
SELIC/CDI				
Títulos em Tesouraria (Públicos e Privados)				
SELIC/CDI, Pré Fixado, IPCA				
Fundos de Ações				
IBOVESPA				
Dólar				
Fundo Cambial				
Total mantido para negociação	556.411	561.464	609.396	608.882

	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	512.389	
Aplicações	730.819	
Resgates	(711.654)	
Rendimento	77.328	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	608.882	
Aplicações	457.289	
Resgates	(568.017)	
Rendimento	63.310	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.464	

	2017	2016
Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	360.644	
Prêmios emitidos seguros direto	838.381	
Prêmios cancelados seguros direto	(200.929)	
Recebimentos seguros direto	(682.214)	
Juros a apropriar - variação	476	
Cosseguro aceito - movimentação	995	
RVNE - movimentação	(42.626)	
Provisão para riscos sobre créditos	(75.886)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	198.841	
Prêmios emitidos seguros direto	843.695	
Prêmios cancelados seguros direto	(251.314)	
Recebimentos seguros direto		(671.479)
Juros a apropriar - variação		345
Cosseguro aceito - movimentação		12.091
RVNE - movimentação		(8.971)
Provisão para riscos sobre créditos		76.979
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.464	200.187
Prazo médio parcelamento (dias)		
Prazo médio recebimento em 2017 foi de 5 dias (40 dias em 2016).		
Parcelamento médio com base nas emissões		
A média geral de parcelamento com base nas emissões são 2,52 parcelas em 2017 (6 parcelas em 2016).		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do aging dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não impaired	Ativos vencidos e não impaired					Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2017
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
Prêmios a receber de segurados								
Prêmios diretos	112.824	6.546	4.260	4.858	9.414	3.713	(5.146)	
Prêmios a receber de cosseguros aceitos	19.456	-	-	-	-	-	-	
Prêmios estimados (RVNE)	44.262	-	-	-	-	-	-	
	176.542	6.546	4.260	4.858	9.414	3.713	(5.146)	

A movimentação da provisão para impairment de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(82.125)	(6.238)
Provisões constituídas no exercício	(5.146)	(82.125)
Reversão de provisões para impairment	82.125	6.238
Saldo no final do exercício	(5.146)	(82.125)

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, são realizadas em conformidade com a política de apuração de perdas da Seguradora (vide nota 2.5 (a)).

A provisão por impairment foi atribuída aos seguintes ramos de seguros:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não impaired	Ativos vencidos e não impaired					Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016	2017		2016	
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias						
Prêmios a receber de segurados												
Prêmios diretos	168.156	13.377	2.637	14.932	9.089	12.189	(82.125)	138.255	-	-	-	(22)
Prêmios a receber de cosseguros aceitos	7.355	-	-	-	-	-	-	7.355	-	-	-	(11)
Prêmios estimados (RVNE)	53.231	-	-	-	-	-	-	53.231	-	-	-	(20)
	228.742	13.377	2.637	14.932	9.089	12.189	(82.125)	198.841				(67.228)
												(18)
												(46)
												(391)
												(993)
												(1.959)
												(2.108)
												(39)
												(47)
												(112)
												(84)
												(158)
												(20.016)
												(52)
												(6)
												(89)
												(69)
												(9)
												(32)
												(133)
												(177)
												(1.361)
												(766)
												(12)
												(26)
												(6)
												(15)
												(1)
												(564)
												(786)
												(515)
												(5.146)
												(82.125)

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como impaired.

8 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (ATIVO)

As tabelas a seguir demonstram a composição das operações com resseguradoras:

	2017	2016
Sinistros pagos	49.118	42.463
Outros créditos	-	1.181
Redução ao valor recuperável	(136)	(68)
	48.982	43.576

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

	Sinistros pagos		Outros créditos		Redução ao valor recuperável		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Compreensivo Empresarial	43	33	-	(309)	(1)	-	42	(276)
Penhor Rural	-	-	-	1.598	20	-	-	1.618
Responsabilidade Civil Geral	1.889	2.286	-	379	(22)	(30)	1.867	2.635
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	1.500	720	-	9	(1)	(24)	1.499	705
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	1.495	475	-	275	(5)	-	1.490	750
Responsabilidade Civil Hangar	2.584	7.814	-	22	(13)	-	2.571	7.836
Riscos de Engenharia	891	421	-	123	(9)	29	892	573
Riscos Diversos	77	120	-	(1.412)	(1)	(35)	76	(1.327)
Riscos financeiros - crédito interno	5.163	8.710	-	-	-	-	5.163	8.710
Riscos Nomeados e Operacionais	8.119	9.674	-	(33)	(43)	56	8.076	9.697
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.048	6	-	351	-	-	1.048	357
Transporte Internacional	335	222	-	236	-	10	335	468
Turístico	1.412	6.677	-	108	-	-	1.412	6.785
Responsabilidade Civil Profissional	1.593	530	-	(88)	-	(67)	1.593	375
Transporte Nacional	2.952	2.654	-	68	(15)	-	2.937	2.722
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	17.804	1.538	-	-	(19)	-	17.785	1.538
Demais ramos	2.213	583	-	(146)	(7)	(27)	2.206	410
	49.118	42.463		1.181	(136)	(68)	48.982	43.576

A tabela a seguir apresenta o total de Operações com Resseguradoras divididos entre ativos impaired e ativos vencidos e não vencidos não classificados como impaired:

Ramos	Ativos não vencidos	Ativos Vencidos					Outros Créditos	Ativos Impaired	Saldo Contábil em 31/12/2017
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Compreensivo Empresarial	10	-	-	-	-	33	-	(1)	42
Responsabilidade Civil Profissional	948	-	506	-	68	70	-	-	1.592
Responsabilidade Civil Geral	369	23	-	11	149	984	(22)	-	1.514
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	730	-	488	-	95	187	-	(1)	1.499
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	658	11	454	-	100	271	-	(5)	1.489
Responsabilidade Civil Hangar para Aeronaves RCF	6.913	8.793	327	179	10	814	-	(19)	17.017
Responsabilidade Civil Hangar	432	62	888	-	51	1.125	-	(13)	2.545
Riscos de Engenharia	7	-	164	-	259	461	-	(9)	882
Riscos Diversos	6	-	-	-	-	37	-	(1)	42
Riscos financeiros - crédito interno	4.395	373	10	22	362	1	-	-	5.163
Riscos Nomeados e Operacionais	4.165	3	1.024	239	974	2.049	-	(43)	8.411
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.043	-	-	-	-	5	-	-	1.048
Transporte Internacional	199	2	-	-	1	127	-	-	329
Transporte Nacional	1.693	355	135	-	5	805	-	(15)	2.978
Turístico	17	24	135	50	1.248	5	-	-	1.479
Demais Ramos	543	55	1.682	4	292	383	-	(7)	2.952
Total	22.128	9.699	5.815	505	3.614	7.357		(136)	48.982

Ramos	Ativos não vencidos	Ativos Vencidos					Outros Créditos	Ativos Impaired	Saldo Contábil em 31/12/2016
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Compreensivo Empresarial	24	-	3	-	-	6	-	(1)	(277)
Penhor Rural	-	-	-	-	-	-	1.598	-	1.598
Responsabilidade Civil Geral	275	89	423	436	23	1.040	379	(24)	2.641
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	515	-	125	8	39	33	9	-	729
Responsabilidade Civil Riscos ambientais	413	-	30	-	31	1	275	-	750
Responsabilidade Civil Hangar	6.541	-	19	-	-	1.254	22	(12)	7.824
Riscos de Engenharia	24	-	4	-	9	100	123	(1)	259
Riscos Diversos	15	39	3	-	-	43	(1.412)	(1)	(1.313)
Riscos financeiros - crédito interno	5.999	727	-	-	272	1.712	-	-	8.710
Riscos nomeados e operacionais	9.330	-	174	60	107	316	(33)	(4)	9.950
Seguros compreensivos de operações portuárias	1	-	4	-	-	351	-	-	357
Transporte Internacional	5	3	-	1	1	206	-	(2)	450
Turístico	5.894	400	349	35	-	-	108	-	6.786
Demais Ramos	2.694	306	432	74	615	1.180	(166)	(23)	5.112
Total	31.730	1.564	1.562	614	1.098	5.895	1.181	(68)	43.576

9 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos	DAC - Custo de aquisição diferido	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total provisão para contratos de seguros
Aeronáuticos	-	-	500	2.202	2.702
Garantia de Concessões Públicas	1.060	(411)	44	169	862
Garantia Segurado - Setor Público	44.927	(19.599)	863	2.973	29.164
Garantia Segurado Setor Privado	1.763	(652)	255	946	2.312
Lucros Cessantes	9.705	(1.444)	602	2.038	10.901
Responsabilidade Civil Profissional	8.125	(2.267)	8.262	5.762	19.882
Responsabilidade Civil Geral	8.117	(506)	51.898	8.204	67.713
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	16.922	(4.955)	11.399	5.690	29.056
Responsabilidade Civil Hangar	1	(4.738)	(909)	11.067	18.909
Riscos de Engenharia	6.407	(1.288)	2.658	4.613	12.390
Riscos Diversos	5.360	(595)	2.034	5.903	12.702
Riscos Financeiros - Crédito Interno	30.060	(11.571)	35.616	23.486	77.591

continua...

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Provisão de prêmios não ganhos	DAC - Custo de aquisição diferido	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total provisões para contratos de seguros
Riscos Nomeados e Operacionais	54.665	(7.758)	28.317	28.784	104.008
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	2.106	(205)	346	162	2.409
Transporte Internacional	1.011	(41)	439	382	1.791
Transporte Nacional	3.694	(71)	2.310	619	6.552
Turístico	3	(1)	932	1.632	2.566
Demais Ramos	10.461	(2.579)	10.280	6.015	24.177
Total	209.124	(54.851)	167.822	103.592	425.687
Passivo circulante					375.354
Passivo não circulante					50.333

	Provisão de prêmios não ganhos	DAC - Custo de aquisição diferido	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total provisões para contratos de seguros
Aeronáuticos	5.293	(944)	1.028	5.297	10.674
Garantia de Concessões Públicas	1.838	(1.838)	-	-	-
Garantia Segurado - Setor Público	15.922	(4.534)	555	2.962	14.905
Garantia Segurado Setor Privado	4.595	(1.241)	256	1.501	5.111
Lucros Cessantes	6.256	(1.147)	344	6.785	12.238
Responsabilidade Civil Profissional	8.210	(2.253)	5.784	9.238	20.979
Responsabilidade Civil Geral	18.794	(1.182)	47.735	15.338	80.685
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	13.567	(3.941)	10.386	8.949	28.961
Responsabilidade Civil Hangar	5.809	(988)	5.933	4.312	15.066
Riscos de Engenharia	40.136	(8.636)	3.615	4.612	39.727
Riscos Diversos	4.950	(763)	16.975	9.319	30.481
Riscos Financeiros - Crédito Interno	25.364	(9.007)	39.363	57.472	113.192
Riscos Nomeados e Operacionais	30.998	(5.613)	27.150	40.499	93.034
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	1.348	(51)	107	53	1.457
Transporte Internacional	756	(294)	682	2.283	3.427
Transporte Nacional	3.039	(247)	1.224	3.002	7.018
Turístico	262	(23)	1.048	953	2.240
Demais Ramos	11.479	(2.922)	13.872	12.608	35.037
Total	198.616	(45.624)	176.057	185.183	514.232
Ativo circulante					440.922
Ativo não circulante					73.310

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2017	2016
Ressarcimentos	255	(51)
Dividendos a receber	3.623	2.033
Aluguéis a receber	30	796
Juros sobre capital próprio a receber	5.771	3.825
Outros créditos a receber	-	3
Total	9.679	6.606

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2017	2016
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.899	2.899
PIS/COFINS diferido	9.188	12.421
Imposto de renda e Outros Impostos a Compensar	3.018	921
Antecipação de IRPJ e CSLL	12.719	-
Outros Créditos Tributários (*)	10.755	10.097
Total	38.579	26.338
Circulante	15.737	921
Não circulante	22.842	25.417

(*) Contempla CSLL isonomia, INSS autônomos, PIS EC 10/96.

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social

sobre o lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A Seguradora apresenta histórico de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL nos últimos cinco anos, de acordo com os critérios estabelecidos pela SUSEP para o reconhecimento contábil destes créditos. A Seguradora não atingiu até a presente data os pré-requisitos desta forma, não reconheceu contabilmente os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos que montam R\$ 343.301 em 2017 (R\$ 279.784 em 2016). Destacamos que desde Julho de 2012 a Seguradora não registra mais Impostos Diferidos sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, bem como sobre as diferenças temporárias geradas entre os critérios contábeis de fiscais, em atendimento à referida Circular.

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2017	2016
Cíveis	519	452
Fiscais	14.969	14.472
Trabalhistas	570	540
Total	16.058	15.464

Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

16 INVESTIMENTOS

(a) A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 100.144 (dezembro de 2016 - R\$ 95.301) sendo que o lucro líquido do exercício de 2017 foi de R\$ 15.256 (dezembro de 2016 - lucro R\$ 8.561). A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517, informamos que:

	Total	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Créditos tributários sobre diferenças temporárias, não contabilizados	(78.297)	(34.158)	(31.244)	(2.485)	(4.901)	(2.694)	(2.815)
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais, não contabilizados	(265.004)	2.095	(104.237)	(78.912)	(38.886)	(37.459)	(7.605)
Total dos Créditos Tributários não Contabilizados (*)	(343.301)	(32.063)	(135.481)	(81.397)	(43.787)	(40.153)	(10.420)

(*) No exercício de 01/07/2012 à 31/12/2017.

	Investimentos	Imóveis destinados à renda	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	95.301	3.508	321	99.130
Equivalência patrimonial (Nota 36)	15.256	-	-	15.256
Dividendos	(3.623)	-	-	(3.623)
Juros sobre capital próprio	(6.790)	-	-	(6.790)
Baixas realizadas	-	(2.487)	-	(2.487)
Depreciação	-	1.686	-	1.686
Seguradora Líder DPVAT	-	-	(94)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	100.144	2.707	227	103.078

(b) A Seguradora possui imóveis comerciais que são alugados a terceiros (Seguradora como arrendadora) em contratos que são classificados como contratos de leasing operacional.

A tabela apresentada a seguir demonstra informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2017	2016
Valor justo dos ativos imobiliários de investimento	23.887	28.887
Valor original dos contratos	8.277	11.006
Receitas de correção dos contratos	132	321
Receitas de aluguel	1.747	2.655

(c) A Seguradora aluga alguns ativos para condução de seus negócios. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de alugueis futuros não canceláveis para estes contratos:

O total de despesas originadas de alugueis em contratos de leasing operacional onde a Seguradora é arrendatária que foram reconhecidas no exercício foi de R\$ 8.382 (R\$ 10.148 - 2016). Estes contratos não possuem opções de compra do ativo.

A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação.

	2017	2016
Alugueis mínimos futuros não canceláveis a serem pagos		
Em até um ano	4.854	8.672
Entre um a cinco anos	4.929	17.037
Total	9.783	25.709

12 OUTROS CRÉDITOS

	2017	2016
Adiantamentos administrativos e a funcionários	3.211	3.142
Valores a receber com partes relacionadas (Nota 39)	-	2.397
Total	3.211	5.539

13 DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Despesas Operacionais	-	7.107
Despesas Administrativas	-	167
Total	-	7.274

As despesas antecipadas operacionais representam pagamentos efetuados para se obter exclusividade venda de seguros nos parceiros que ocorre em razão dos mecanismos de proteção de cada contrato, onde os valores dos investimentos podem ou não ser ressarcidos para a Seguradora caso o plano de venda acordado não seja realizado. A amortização dos contratos é reconhecida no resultado levando-se em consideração a expectativa de geração de resultados futuros pelo exercício do contrato. Não há saldo constituído em 31 de dezembro de 2017 por conta da transferência da carteira de garantia estendida para Assurant Seguradora, conforme descrito na nota 1.

14 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017	2016
Produtos para indivíduos		
Acidentes Pessoais Coletivo	-	15
Automóvel	-	1.046
Assistência e Outras Coberturas - Auto	-	174
Compreensivo Residencial	-	16
Turístico	108	139
Vida em Grupo	-	187
Demais Ramos	28	43
Total	136	1.620
Produtos para Empresas		
Compreensivo Empresarial	968	877
Garantia Estendida	28	32.653
Garantia Segurado - Setor Público	1.743	2.432
Lucros Cessantes	1.209	878
Responsabilidade Civil Profissional	2.733	2.603
Responsabilidade Civil Geral	2.937	5.028
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	4.721	4.137

	2017	2016
Responsabilidade Civil Facultativa	-	340
Riscos de Engenharia	611	3.888
Riscos Diversos	1.353	3.283
Riscos Financeiros - Crédito Interno	3.724	2.964
Riscos Nomeados e Operacionais	6.230	4.115
Transporte Nacional	463	1.328
Demais Ramos	3.202	3.863
Total Geral	30.058	70.009
Circulante	29.454	57.080
Não circulante	604	12.929

Custo de aquisição diferido refere-se à comissão a pagar a corretores.

	2017	2016
Custo de aquisição de Contratos de Seguro	70.945	82.206
Adições	82.206	(89.429)
Amortizações	(11.261)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63.722	79.763
Adições	79.763	(118.629)
Amortizações	(118.629)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.856	6.827

	2017	2016
Mutação da DAC-RVNE	11.965	6.370
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.965	6.370
Nova Estimativa de Comissões Emitidas	6.370	(83)
Estimativa de Comissões Amortizadas	(83)	(11.965)
Reversão da Reserva Anterior	(11.965)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.287	5.297
Nova Estimativa de Comissões Emitidas	5.297	(95)
Estimativa de Comissões Amortizadas	(95)	-
Reversão da Reserva Anterior	(6.287)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.202	5.202

17 CONTAS A PAGAR

	2017	2016
17.1 Obrigações a pagar		
Participação sobre os resultados	9.155	10.240
Outras obrigações a pagar	3.238	1.973
Total	12.393	12.213

17.2 Outras contas a pagar

	2017	2016
Contas a pagar serviços de terceiros	19.040	8.858
Outras contas a pagar	1.212	1.319
Contas a Pagar - Intercompany (Nota 40(e))	21.234	36.066
Total	41.486	46.243

18 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR/IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
IOF sobre prêmios de seguros	8.805	13.426
Impostos retidos na fonte	8.220	2.251
Contribuições Previdenciárias/FGTS	4.335	1.993
PIS/COFINS/CIDE	9.764	2.613
Total	31.124	20.283

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2017	2016
Riscos emitidos	142.440	155.167
Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	27.711	34.442
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(32.114)	(37.953)
(-) Ajuste ao valor de realização	(257)	-
Resseguro cedido	137.780	151.656
Prêmios	46.054	26.544
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(16.335)	10.201
Sinistros	12.724	10.109
Outros débitos	(18.582)	(57.324)
Resseguro a liquidar	23.861	(10.470)
	161.641	141.186
Circulante	161.641	139.503
Não circulante	-	1.683

20 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2017	2016
Contas a pagar - DPVAT	443	417
Outros débitos	190	(282)
Transferência de carteira - seguros	574	-
	1.207	135

21 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2017						Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	
Prêmios e emolumentos recebidos	591	227	225	(144)	849	67	1.815
Outros depósitos	500	-	12	98	114	-	724
	1.091	227	237	(46)	963	67	2.539
	2016						
Cobrança antecipada de prêmios	4	-	(1)	(1)	(15)	219	206
Prêmios e emolumentos recebidos	1.337	745	(1.048)	1.699	(4.947)	8.225	6.011
Outros depósitos	201	3	516	97	484	1.334	2.635
	1.542	748	(533)	1.795	(4.478)	9.778	8.852

22 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	2017							Total	
	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Provisão complementar de cobertura - PCC		Provisão de excedentes técnicos - PET
Aeronáuticos	-	-	2.205	-	-	-	-	2.205	
Automóvel	-	-	620	-	276	-	-	896	
DPVAT	-	-	11.451	75.633	-	489	-	87.573	
Garantia Estendida	1.448	-	627	464	224	-	-	2.763	
Garantia Segurado - Setor Público	42.837	3.401	360	3.201	660	-	-	50.459	
Garantia Segurado Setor Privado	1.238	862	96	1.451	302	-	-	3.949	
Lucros Cessantes	11.676	1.495	844	2.464	200	-	-	16.679	
Responsabilidade Civil Profissional	15.430	2.704	19.059	12.185	3.661	-	-	53.039	
Responsabilidade Civil Geral	18.900	4.560	72.516	27.826	14.170	-	-	137.972	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	25.312	4.622	20.074	12.194	3.887	-	-	66.089	
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	8.761	2.040	4.046	2.102	462	-	-	17.411	
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	-	-	3.711	504	266	-	-	4.481	
Responsabilidade Civil Hangar	4.744	-	10.738	4.015	349	-	-	19.846	
Riscos de Engenharia	6.473	538	2.815	5.052	304	-	-	15.182	
Riscos Diversos	9.023	1.288	2.719	10.373	1.458	-	-	24.861	
Riscos Financeiros - Crédito Interno	23.447	6.615	35.557	23.534	102	-	-	89.255	
Riscos Nomeados e Operacionais	56.499	7.056	29.377	34.430	6.354	-	-	133.716	
Transporte Internacional	1.737	476	4.582	443	392	-	-	7.630	
Transporte Nacional	5.190	2.224	5.248	1.938	1.059	-	-	15.659	
Turístico	1.081	115	2.080	1.688	317	-	-	5.281	
Vida em Grupo	-	-	1.211	-	173	-	-	1.384	
Demais Ramos	12.604	5.186	23.138	12.910	4.006	-	-	57.844	
Total	246.400	43.182	251.152	234.612	38.850	489	-	814.685	
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	734.321	
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	80.364	
	2016								
	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Provisão complementar de cobertura - PCC	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Aeronáuticos	5.138	156	713	5.314	328	-	-	-	11.649
Automóvel	7.045	-	4.298	795	652	-	-	-	12.790
DPVAT	-	-	20.216	79.668	-	772	-	-	100.656
Garantia Estendida	55.021	10	1.365	367	368	-	-	-	57.131
Garantia Segurado - Setor Público	14.846	3.230	191	3.075	488	-	-	-	21.830
Garantia Segurado Setor Privado	4.140	1.310	36	1.580	251	-	-	-	7.317
Lucros Cessantes	4.942	3.163	336	7.650	306	-	-	-	16.397
Responsabilidade Civil Profissional	14.496	2.611	11.847	15.815	3.035	-	-	-	47.804
Responsabilidade Civil Geral	37.867	4.035	65.024	40.408	12.470	-	-	-	159.804
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	21.593	4.268	18.815	19.354	3.936	-	-	-	67.966
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	8.378	1.994	1.018	1.853	280	-	-	-	13.523
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	909	34	10.965	1.221	467	-	-	-	13.596
Responsabilidade Civil Hangar	5.653	134	5.800	4.326	147	-	-	-	16.060
Riscos de Engenharia	40.651	380	3.941	5.059	292	-	-	-	50.323
Riscos Diversos	10.472	2.261	18.309	14.319	3.121	-	-	-	48.482
Riscos Financeiros - Crédito Interno	19.582	5.914	38.826	57.571	549	-	-	-	122.442
Riscos Nomeados e Operacionais	23.451	13.715	34.363	55.013	5.969	-	-	-	132.511
Transporte Internacional	2.133	939	8.497	6.869	1.919	-	-	-	20.357
Transporte Nacional	8.573	2.975	12.703	7.343	2.436	-	10.741	-	44.771
Turístico	834	1.594	3.089	4.853	1.254	-	-	-	11.624
Vida em Grupo	(1)	393	2.127	2.558	565	-	-	23	5.665
Demais Ramos	14.665	3.296	11.423	19.222	3.292	-	-	-	51.898
Total	300.388	52.412	273.902	354.233	42.125	772	10.741	23	1.034.596
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	919.616
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	114.980

22.1 Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	2017	2016
Provisões técnicas - seguros (A)	814.685	1.034.596
Direitos creditórios (i)	133.821	127.170
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	14.301	55.650
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	67.127	71.701
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	151.485	160.374
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	103.592	185.183
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	16.337	15.683
Depósitos judiciais redutores	-	83
Provisões do consórcio DPVAT	87.573	100.656
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	574.236	716.500
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	240.449	318.096

	2017	2016
Fundos de investimento	43.613	49.962
Títulos de renda fixa	430.044	458.001
Ativos financeiros garantidores (D)	473.657	507.963
Excedente (E=D-C)	233.208	189.867

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Seguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizadas no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A *tabela 1* demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.A *tabela 2* demonstra o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).A *tabela 3* demonstra a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.E, a *tabela 4* compara as reestimativas atuais somadas aos pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais. Seguindo instrução do órgão regulador, somente a partir de 2009 a Seguradora iniciou a apresentação de suas provisões de sinistro separando os valores brutos e líquidos de resseguro. Antes desse período, algumas provisões eram calculadas e registradas apenas com os valores retidos e, por esse motivo, não se pode avaliar as provisões brutas de resseguro antes dessa data, uma vez que uma insuficiência não real será demonstrada. Após 2009, nota-se que as provisões de sinistros estão, na média, adequadas.Quanto aos sinistros líquidos de resseguro, destaca-se que, a administração da AIG foi alterada a partir de 2009 e nota-se que o comportamento da evolução das provisões de sinistros, a partir de dezembro/2009, demonstra que as provisões de sinistros retidos estão, na média, adequadas (*tabela 4*).

(a) 31 de dezembro de 2017 - Bruto de resseguro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões Totais para sinistros	47.802	79.463	89.122	243.229	252.131	257.014	321.487	643.865	671.021	525.103
(-) DPVAT	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573
(-) Retrocessão	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513
Despesa não alocada	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851
Provisões para sinistros	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584	565.704	552.628	424.166

Tabela 1 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sinistros a Liquidar	11.249	28.778	31.873	94.458	120.722	92.938	128.073	252.651	239.841	230.789
IBNR	1.911	7.992	23.067	109.007	91.570	116.413	137.511	313.053	312.787	193.377
IBNER	3.773	3.773	3.773	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros (I, II)	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584	565.704	552.628	424.166

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Um ano mais tarde	33.986	41.048	94.286	182.905	155.030	217.147	345.152	459.539	363.732	-
Dois anos mais tarde	37.026	42.480	85.832	145.503	139.754	234.846	305.402	423.995	-	-
Três anos mais tarde	36.117	45.341	88.376	129.144	164.220	238.135	280.784	-	-	-
Quatro anos mais tarde	39.278	57.097	70.327	146.852	173.164	233.826	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	51.737	39.063	71.097	144.618	162.048	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	34.616	34.879	38.662	139.763	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	29.807	47.604	57.574	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	32.362	26.880	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	22.205	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 3 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sobra (falta) cumulativa	(5.271)	13.663	1.139	63.702	50.244	(24.475)	(15.200)	141.709	188.896	-
Sobra (falta) cumulativa %	-31,1%	33,7%	1,9%	31,3%	23,7%	-11,7%	-5,7%	25,1%	34,2%	-

(b) 31 de dezembro de 2017 - líquido de resseguro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Provisões Totais para sinistros	44.405	69.726	67.527	91.310	101.885	127.301	152.751	255.428	309.771	253.691
(-) DPVAT	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573
(-) Retrocessão	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513
Despesa não alocada	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851
Provisões para sinistros	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147	79.638	96.848	177.267	191.388	152.753

Tabela 1 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sinistros a Liquidar	7.852	23.510	21.243	25.509	29.370	40.427	43.504	73.678	83.799	83.078
IBNR	1.911	3.523	12.102	26.037	32.777	39.211	53.343	103.589	107.589	69.676
IBNER	3.773	3.773	3.773	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros (I, II)	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147	79.638	96.848	177.267	191.388	152.753

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Um ano mais tarde	26.013	30.131	37.072	49.429	60.401	68.117	96.606	137.153	127.124	-
Dois anos mais tarde	29.642	32.882	37.257	52.918	47.877	71.344	89.557	120.367	-	-
Três anos mais tarde	31.019	32.162	40.118	42.718	52.002	70.914	79.050	-	-	-
Quatro anos mais tarde	31.947	36.863	30.583	41.755	49.058	60.811	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	36.582	27.356	27.387	35.012	42.407	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	27.220	23.648	20.570	34.056	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	23.185	21.740	19.512	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	22.114	16.803	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	16.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 3 - Dezembro

	Dezembro/08	Dezembro/09	Dezembro/10	Dezembro/11	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17
Sobra (falta) cumulativa	(2.900)	14.003	17.606	17.491	19.739	18.827	17.797	56.899	64.264	-
Sobra (falta) cumulativa %	-21,4%	45,5%	47,4%	33,9%	31,8%	23,6%	18,4%	32,1%	33,6%	-

(* Nota: Os montantes de PSL incluem a PDR

(c) Provisão de sinistros judiciais

A Seguradora avalia constantemente os saldos de suas provisões de sinistros judiciais e re-estima os valores quando necessários, desta forma mantem sempre a melhor estimativa. A tabela abaixo demonstra as movimentações dos sinistros judiciais do último exercício analisado.

	Provisão Bruta de Resseguro	Provisão Líquida de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.222	7.353
Sinistros Avisados	4.557	2.807
Encerramento sem Indenização	(4.784)	(3.238)
Pagamento de Sinistros	(2.937)	(2.583)
Alterações de Estimativa	21.840	4.864
Atualização Monetária e Juros	4.464	1.638
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.362	10.841
Sinistros Avisados	11.969	5.581
Encerramento sem Indenização	(3.338)	(1.777)
Pagamento de Sinistros	(5.670)	(3.856)
Alterações de Estimativa	6.922	782
Atualização Monetária e Juros	(12.899)	2.495
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.346	14.066

22.3 Prazo e Valor médio de pagamentos de sinistros judiciais

	Valores bruto de resseguro		Valor Médio de Pagamento	Valor Total de Pagamento
	Prazo Médio - Pagamento (meses)	Nº de Sinistros		
Junho/09 a Junho/10	104	25	67	1.665
Junho/09 a Dezembro/10	98	38	78	2.957
Junho/09 a Junho/11	101	48	69	3.326
Junho/09 a Dezembro/11	108	60	65	3.890
Junho/09 a Junho/12	113	71	85	6.069
Junho/09 a Dezembro/12	119	90	103	9.274
Junho/09 a Junho/13	116	104	93	9.649
Junho/09 a Dezembro/13	117	113	186	21.024
Junho/09 a Junho/14	111	138	196	27.948
Junho/09 a Dezembro/14	102	156	172	27.167
Junho/09 a Junho/15	97	168	162	27.197
Junho/09 a Dezembro/15	89	197	139	27.301
Junho/09 a Junho/16	77	238	115	27.439
Junho/09 a Dezembro/16	64	306	93	28.609
Junho/09 a Junho/17	60	349	128	44.780
Junho/09 a Dezembro/17	53	418	108	45.141

Valores líquido de resseguro

	Valores líquido de resseguro		Valor Médio de Pagamento	Valor Total de Pagamento
	Prazo Médio - Pagamento (meses)	Nº de Sinistros		
Junho/09 a Junho/10	104	25	65	1.630
Junho/09 a Dezembro/10	98	38	76	2.907
Junho/09 a Junho/11	101	48	68	3.276
Junho/09 a Dezembro/11	108	60	64	3.812
Junho/09 a Junho/12	113	71	83	5.901
Junho/09 a Dezembro/12	119	90	86	7.781
Junho/09 a Junho/13	116	104	78	8.157
Junho/09 a Dezembro/13	117	113	105	11.893
Junho/09 a Junho/14	111	138	174	17.922
Junho/09 a Dezembro/14	102	156	116	18.041
Junho/09 a Junho/15	97	168	108	18.072
Junho/09 a Dezembro/15	89	197	92	18.175
Junho/09 a Junho/16	77	238	77	18.313
Junho/09 a Dezembro/16	64	306	61	18.785
Junho/09 a Junho/17	60	349	55	19.124
Junho/09 a Dezembro/17	53	418	47	19.461

22.4 Movimentações de saldos patrimoniais de provisões técnicas dos contratos de seguro e resseguro

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de seguro e contratos de resseguro:

	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	354.430	173.796
Novos Contratos Emitidos	705.448	350.763
Riscos Expirados	(589.289)	(262.234)
Riscos Cancelados/Restituídos	(170.201)	(97.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.388	164.503
Novos Contratos Emitidos	818.645	516.843
Riscos Expirados	(621.839)	(301.938)
Riscos Cancelados/Restituídos	(250.794)	(197.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	246.400	182.185

Mutação da PET

	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8	(8)
Reversão da Reserva Anterior	-	23
Constituição da Nova Reserva	23	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23	(23)
Reversão da Reserva Anterior	-	-
Constituição da Nova Reserva	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-

Mutação da PCC

	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.407	378
Reversão da Reserva Anterior	(12.407)	(378)
Constituição da Nova Reserva	10.741	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.741	-
Reversão da Reserva Anterior	(10.741)	-
Constituição da Nova Reserva	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-

Mutação da PSL com PDR

	Passivos de Contratos de Seguro	Ativos de Contratos de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	516.859	342.687
Sinistros Avisados	140.003	46.439
Alterações de Estimativa	306.142	102.546
Pagamento de Sinistros	(347.865)	(166.807)
Encerramento Sem Indenização	(105.342)	(17.966)
Atualização Monetária e Juros	(4.116)	(3.047)
Varição IBNER		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista.

Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

Em 31.12.2015 a Seguradora constituiu contingência tributária referente a Contribuição Previdenciária incidente sobre as comissões pagas aos corretores de seguro nos exercícios de 1996 a 2000 (período da *joint venture* com o grupo Unibanco) resultado da avaliação jurídica de nossos assessores legais sobre os 2 processos que discutem a incidência da Contribuição Previdenciária. A análise de risco dos processos foi classificada em Provável de Perda, resultando em uma provisão no valor total de R\$ 2.746 (Principal: R\$ 1.196 - Juros: R\$ 1.550), correspondente ao valor do Depósito Judicial.

Em 29.08.2017 a Seguradora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT - instituído pela MP 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, para liquidação do débito. Como resultado da adesão ao programa, houve a reversão da provisão no valor de R\$ 3.074 (Principal: R\$ 1.195 - Juros: R\$ 1.875).

	2017	2016
Saldos Patrimoniais		
Provisões trabalhistas	-	146
Provisões cíveis	274	264
Provisões fiscais	-	2.999
	274	3.409

	2017	2016
Movimentação		
Saldo inicial	3.409	5.553
Constituição	13	131
Reversão	(1.273)	(1.229)
Juros/Atualização	(1.875)	(1.039)
Saldo final	274	3.409

	Quantidade	Contingências 2017	
		Valor reclamado	Valor provisionado
Saldos Patrimoniais			
Perda provável	22	3.023	274
Perda possível	339	20.913	-
Perda remota	57	8.052	-
	418	31.988	274

	Quantidade	Contingências 2016	
		Valor reclamado	Valor provisionado
Saldos Patrimoniais			
Perda provável	17	5.579	3.409
Perda possível	224	12.557	-
Perda remota	44	12.046	-
	285	30.182	3.409

	Quantidade	provisão de resseguro	
		Valor reclamado	Valor provisionado
Chance de ocorrência			
Perda provável	41	884	766
Perda possível	363	23.119	11.560
Perda remota	26	797	1.593
	430	24.800	13.919

	Quantidade	provisão de resseguro	
		Valor reclamado	Valor provisionado
Chance de ocorrência			
Perda provável	26	2.112	1.690
Perda possível	348	16.260	8.130
Perda remota	65	5.109	1.021
	439	23.481	10.841

24 PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	2017	2016
Imposto de Renda	3.668	3.168
Contribuição Social	2.934	2.535
	6.602	5.703

	2017	2016
Outros ajustes temporários	6.602	5.703
Total	6.602	5.703
Passivo não circulante	6.602	5.703
A ser realizado após 12 meses	6.602	-
Total	6.602	-

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Outros ajustes temporários	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	5.703	5.703
Constituição	899	899
Saldo em 31 de dezembro 2017	6.602	6.602

Em 2016 a Seguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R\$ 5.703 decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, como MTM, Juros sobre Contingências Fiscais Passivas e Provisão para PIS e CFMSF Diferidos, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores

25 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.099.262 (R\$ 1.081.297 em dezembro de 2016) está representado por 5.850.415.554 ações ordinárias (5.850.415.554 em dezembro de 2016), todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária é de 90,560163736% pela AIG Brasil Holding I, LLC e 9,439896264% pela AIG Brasil Holding II, LLC.

(b) Aumentos de capital

(i) Aumento de capital de R\$ 17.965 referente a AGE de 27 de dezembro de 2016, processo SUSEP nº 15414.600924/2017-72, aprovado conforme portaria SUSEP/DIORG nº 213 de 02 de fevereiro de 2017.

(c) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, e em 2017 houve o recebimento de R\$ 6.790 de juros sobre o capital próprio e R\$ 3.623 referente a dividendos da AIG Resseguros Brasil.

(e) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuído aos acionistas da Seguradora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2017	2016
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	88.749	(268.207)
Quantidade de ações ordinárias em circulação	5.838.379.633	4.981.972.468
Lucro líquido/(Prejuízo) diluído por ação	0,02	(0,05)

26 PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Ramo	2017		2016	
	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Aeronáuticos	(257)	0%	4.250	1%
Automóveis	(119)	0%	16.056	3%
Compreensivo Empresarial	7.501	1%	6.617	1%
Crédito à exportação DPVAT (todas as categorias)	3.420	1%	4.520	1%
Garantia Estendida	33.724	6%	53.276	10%
Garantia Segurado - Setor Público	39.412	7%	35.342	6%
Lucros Cessantes	43.835	7%	8.009	1%
Responsabilidade Civil Geral	21.772	4%	14.061	3%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	24.522	4%	35.262	6%
Responsabilidade Civil Profissional	63.732	11%	51.363	9%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	32.283	5%	29.720	5%
Responsabilidade Civil Facultativa	16.026	3%	12.945	2%
Responsabilidade Civil do Transportador	(52)	0%	5.025	1%
Rodoviário Carga	21.752	4%	9.960	2%
Riscos de Engenharia	(23.279)	-4%	1.352	0%
Riscos Diversos	32.703	6%	29.995	5%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	63.707	11%	53.318	10%
Riscos Nomeados e Operacionais	100.806	17%	60.780	11%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	9.302	2%	7.819	1%
Transporte Internacional	4.737	1%	5.749	1%
Transporte nacional	23.309	4%	36.511	7%
Turístico	1.156	0%	14.064	3%
Viagem	42.606	7%	19.180	4%
Vida em Grupo	3.358	1%	8.440	2%
Demais ramos	26.632	4%	22.283	4%
Total	592.588	100%	545.897	100%

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes Pessoais Coletivo	272	28%	20%	20%
Aeronáuticos	5.019	1210%	8%	8%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	589	-25%	16%	16%
Automóvel	3.895	34%	15%	15%
Compreensivo Empresarial	7.097	35%	22%	22%
Crédito à exportação DPVAT (todas as categorias)	4.257	-89%	15%	15%
Garantia Estendida	33.525	85%	1%	1%
Garantia Segurado - Setor Público	29.780	16%	60%	60%
Lucros Cessantes	15.673	10%	9%	9%
Responsabilidade Civil Geral	16.780	-27%	8%	8%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	42.969	2%	12%	12%
Responsabilidade Civil Profissional	60.103	-2%	15%	15%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	31.444	43%	14%	14%
Responsabilidade Civil do Transportador	15.599	54%	15%	15%
Rodoviário Carga	20.400	60%	20%	20%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	902	1050%	9%	9%
Responsabilidade Civil Facultativa	1.231	20%	15%	15%
Riscos de Engenharia	10.741	13%	10%	10%
Riscos Diversos	30.822	8%	17%	17%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	59.142	-6%	10%	10%
Riscos Nomeados e Operacionais	75.646	-12%	9%	9%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	8.964	10%	10%	10%
Transporte Internacional	5.697	-200%	11%	11%
Transporte nacional	38.185	42%	9%	9%
Turístico	2.388	273%	10%	10%
Vida em Grupo	3.774	-5%	19%	19%
Demais ramos	71.848	43%	7%	7%
	596.742	28%	13%	13%

26.1 Prêmios ganhos por ramos de atuação

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes Pessoais Coletivo	272	28%	20%	20%
Aeronáuticos	5.019	1210%	8%	8%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	589	-25%	16%	16%
Automóvel	3.895	34%	15%	15%
Compreensivo Empresarial	7.097	35%	22%	22%
Crédito à exportação DPVAT (todas as categorias)	4.257	-89%	15%	15%
Garantia Estendida	33.525	85%	1%	1%
Garantia Segurado - Setor Público	29.780	16%	60%	60%
Lucros Cessantes	15.673	10%	9%	9%
Responsabilidade Civil Geral	16.780	-27%	8%	8%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	42.969	2%	12%	12%
Responsabilidade Civil Profissional	60.103	-2%	15%	15%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	31.444	43%	14%	14%
Responsabilidade Civil do Transportador	15.599	54%	15%	15%
Rodoviário Carga	20.400	60%	20%	20%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	902	1050%	9%	9%
Responsabilidade Civil Facultativa	1.231	20%	15%	15%
Riscos de Engenharia	10.741	13%	10%	10%
Riscos Diversos	30.822	8%	17%	17%
Riscos Financeiros - Crédito Interno	59.142	-6%	10%	10%
Riscos Nomeados e Operacionais	75.646	-12%	9%	9%
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	8.964	10%	10%	10%
Transporte Internacional	5.697	-200%	11%	11%
Transporte nacional	38.185	42%	9%	9%
Turístico	2.388	273%	10%	10%
Vida em Grupo	3.774	-5%	19%	19%
Demais ramos	71.848	43%	7%	7%
	596.742	28%	13%	13%

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes Pessoais Coletivo	729	71%	14%	14%
Aeronáuticos	11.302	-143%	7%	7%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	5.084	1%	17%	17%
Automóvel	30.423	123%	15%	15%
Compreensivo Empresarial	5.488	187%	22%	22%
Crédito à exportação DPVAT (todas as categorias)	3.744	-69%	13%	13%
Garantia Estendida	52.955	86%	1%	1%
Garantia Segurado - Setor Público	39.017	11%	60%	60%
Lucros Cessantes	11.518	-33%	13%	13%
Responsabilidade Civil Geral	14.394	2%	8%	8%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	46.883	36%	10%	10%
Responsabilidade Civil Profissional	51.567	18%	16%	16%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	27.941	25%	14%	14%
Responsabilidade Civil do Transportador	11.372	-1%	21%	21%
Rodoviário Carga	10.005	61%	22%	22%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	2.833	-99%	8%	8%

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes Pessoais Coletivo	729	71%	14%	14%
Aeronáuticos	11.302	-143%	7%	7%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	5.084	1%	17%	17%
Automóvel	30.423	123%	15%	15%
Compreensivo Empresarial	5.488	187%	22%	22%
Crédito à exportação DPVAT (todas as categorias)	3.744	-69%	13%	13%
Garantia Estendida	52.955	86%	1%	1%
Garantia Segurado - Setor Público	39.017	11%	60%	60%
Lucros Cessantes	11.518	-33%	13%	13%
Responsabilidade Civil Geral	14.394	2%	8%	8%
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	46.883	36%	10%	10%
Responsabilidade Civil Profissional	51.567	18%	16%	16%
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	27.941	25%	14%	14%
Responsabilidade Civil do Transportador	11.372	-1%	21%	21%
Rodoviário Carga	10.005	61%	22%	22%
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves RCF	2.833	-99%	8%	8%

Ramo	2017		2016	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade
Acidentes				

34 RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Rendimento com títulos de renda fixa	62.665	78.747
Rendimento com títulos de renda variável	654	(1.418)
Receita de fracionamento de prêmios de operações de seguros	748	2.027
Oscilação cambial de exposição ativa	7.382	(21.954)
Receita com depósitos judiciais e fiscais	17	58
Receitas financeiras eventuais	3.441	2.294
Despesa de fracionamento de comissão de operações de seguros	(133)	(346)
Oscilação cambial de exposição passiva	(18.460)	8.200
Encargos sobre tributos	(9.017)	(360)
Impostos e contribuições de transações	(6.180)	(9.193)
Receitas/(Despesas) financeiras eventuais	(684)	869
Outras despesas financeiras	340	(136)
Resultado financeiro	40.773	58.788

35 RESULTADO PATRIMONIAL

	2017	2016
Aluguel	1.747	2.924
Equivalência Patrimonial (*)	15.256	8.561
Depreciação Imóveis	-	(1.508)
Receita venda participação	-	9
Total	17.003	9.986

(*) Contempla a receita de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.790 (R\$ 4.500 em 2016).

36 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	79.544	79.544	(258.046)	(258.046)
Juros sobre o capital próprio	6.790	6.790	4.500	4.500
Participações	(6.863)	(6.863)	(8.958)	(8.958)
Resultado base para cálculo dos impostos	79.471	79.471	(262.504)	(262.504)
Ajustes Permanentes	2.788	1.245	6.123	5.069
Ajustes Temporários	(87.393)	(87.393)	66.553	66.553

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social antes das compensações	(5.134)	(6.677)	(189.828)	(190.882)
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa da CSLL	(5.134)	(6.677)	(189.828)	(190.882)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(5.134)	(6.677)	(189.828)	(190.882)
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal e, 15% para CSLL	499	399	3.168	2.535
Incentivo fiscal	(16.675)	-	-	-
Outros ajustes (Efeitos adesão ao PERT)	3.562	2.937	-	-
Total de impostos de renda e contribuição social	(12.614)	3.336	3.168	2.535

Em 31.05.2017 a Receita Federal do Brasil publicou a Medida Provisória nº 783 instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com opções para liquidação dos débitos em aberto junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Posteriormente, em 24.10.2017 a MP foi convertida na Lei nº 13.496. A AIG Seguros Brasil S.A. aderiu ao programa em 29.08.2017 para pagamento dos débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 6.499) decorrentes de um Auto de Infração recebido em 2012. O referido Auto estava em discussão administrativa e com base na decisão de 2ª instância do CARF, esta Seguradora não apresentou novo recurso, reconhecendo o débito para inclusão no PERT, na modalidade de pagamento à vista de 20% da dívida (R\$ 3.972), em 5 parcelas em espécie, pagas no período de Agosto à Dezembro/2017, e liquidação do saldo remanescente (R\$ 15.890) com utilização de créditos de prejuízo fiscal (imposto de renda diferido).

(*) Refere-se a constituição de crédito tributário de Imposto de Renda sobre Prejuízos fiscais de períodos anteriores, para o devido aproveitamento e pagamento dos débitos incluídos no PERT, sendo R\$ 15.890 (IR/CS auto de infração) + R\$ 786 (Ação judicial de INSS).

37 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Seguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício de 2017, as contribuições totalizaram R\$ 2.039 (2016 - R\$ 3.248).

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Seguradora concede benefícios pós emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O exercício do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Seguradora apurou atualmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33.

Durante o exercício de 2017, a Seguradora apurou reserva de benefícios a empregados de R\$ 521 (2016 - R\$ 455).

38 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A AIG Seguros Brasil S.A. teve as seguintes transações com parte relacionada, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05:

(a) Com a AIG Resseguros Brasil S.A. (AIG RE) mantém operações de recebimento de prêmios de resseguros, despesas de comercialização e despesas administrativas.

(b) A Travel Guard realiza operações de natureza de prestação de serviços em assistência e assessoria à segurados da AIG Brasil no exterior.

(c) A Chartis Insurance Services Private Limited (AIG Índia) realiza modelamento de dados analíticos de riscos de engenharia para negócios de danos de propriedade industrial.

(d) A AIG Services Latin America S.L. - Sucursal Colômbia (AIG Colômbia) realiza serviços centralizados de caráter administrativos-financeiros.

(e) A AIG Technologies, Inc. (Antiga denominação da AIG Global Services (AIG GS)) fornece serviços de tecnologia de informação, fornecimento e manutenção de hardware e software em geral.

(f) A AIG Services Latin America S.L. (AIG Espanha) fornece prestação de determinados serviços de suporte regional e adicionalmente serviço de desenvolvimento de plataforma de sistemas específicos.

(g) A AIG Asset Management (Europe) Limited, Irish Branch (AIG Europe) fornece serviço de assessoria em investimento de acordo às políticas da AIG.

(h) A AIG Dublin (AIG EUROPE SERVICES LIMITED IRELAND BRANCH (denominado "Dublin Treasury Operations")) fornece serviços de administração e suporte às atividades de tesouraria, como administração de contas bancárias, análise de fluxo de caixa, execução de pagamentos entre outras atividades relacionadas a compliance e reporte de dados.

(i) A AIG PC Global Services, Inc. fornece Serviços de Administração e outros associados a sinistros.

(j) AIG Property Casualty, Inc. fornece serviços de Administração e outros associados a seguros e serviços financeiros em geral.

	AIG Resseguro	Travel guard	AIG Índia	AIG Colômbia	AIG technologies (AIG Global services)	AIG Espanha	AIG Europe Asset	AIG property and casualty, Inc.	AIG PC Global services, Inc.	AIG Dublin
Transações administrativas										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.251	(14)	(195)	(1.224)	-	-	-	-	-	-
Ativo	5.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	(970)	(249)	(18.323)	(20.309)	(20.479)	(78)	-	-	-
Pagamento	-	993	195	3.466	19.958	-	79	-	-	-
Recebimento	(5.951)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.397	9	(249)	(16.081)	(350)	(20.479)	1	-	-	-
Ativo	3.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	(900)	(3.655)	(777)	(8.630)	(27.289)	(44)	(20.054)	(726)	(76)
Pagamento	-	689	3.843	16.858	8.303	47.768	43	-	-	-
Recebimento	(5.468)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(202)	(61)	-	(677)	-	-	(20.054)	(726)	(76)
Transações operacionais										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.083	(8.884)	18.639	72.022	(20.660)	(2.800)	(137.053)	57.998	91.276	(38.905)
Despesa (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.083	(8.884)	18.639	72.022	(20.660)	(2.800)	(137.053)	57.998	91.276	(38.905)
Despesa (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(29.484)	(8.884)	18.639	72.022	(20.660)	(2.800)	(137.053)	57.998	91.276	(38.905)

(i) Valores referentes a despesas com emissões de prêmios em resseguro.
(ii) Valores referentes a receita com recuperações de comissão e sinistros.

39 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício findo de 2017, o montante de R\$ 3.002 (2016 - R\$ 3.134).

(b) Cobertura de seguros
A Seguradora e sua controlada adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Importância segurada	
	2017	2016
01 - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - 6º a 10º andares; Bloco E - Bairro - Cidade Vila Nova Conceição - São Paulo/SP	62.642	119.089
02 - Avenida Almirante Barroso, nº 52 - Conjuntos 1201, 1202, 1401, 1402 e 2801 - Centro - Rio de Janeiro/RJ	-	-
03 - Av. Carlos Gomes, 111 - 3º andar - conjunto 401 - Edifício Centro Empresarial Presidente Kennedy - Porto Alegre - RS	-	-
04 - Rua Pasteur, nº 463, Bairro Água Verde, nº 603 - Edifício Jatobá - Curitiba/PR	-	-
05 - Rua Antonio de Albuquerque, nº 156 - Sala 610 e 5º andar - conjunto 502 - Savassi - Belo Horizonte/MG	-	-
Administradores e diretores (D&O)	40.000	43.000
Responsabilidade civil geral	-	3.253
Contratação do seguro de terrorismo e Contratação do seguro E&O	72.642	-
Total	175.284	165.342

(c) No exercício findo de 2017, a Seguradora não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

(d) Com motivo da estratégia definida pela Seguradora de descontinuar determinados produtos de linhas pessoais a fim de otimizar a estrutura operacional foi comunicado ao mercado e acionistas em 04 de Outubro de 2016 que AIG Seguros Brasil S.A. assinou em 30 de setembro de 2016 o acordo de transferência de carteira de automóveis junto a Porto Seguro Seguradora de Seguros Gerais dos ramos 0520, 0531, 0542 e 0553. A partir de 03 de abril de 2017, a gestão das apólices do seguro Auto AIG (que possuíam uma vigência média de 365 dias) passou a ser feita pela Porto Seguro, inclusive o atendimento referente à assistência 24 horas, sinistros e endossos. Os sinistros ocorridos antes de 03 de abril de 2017 continuam sendo administrados pela AIG Seguros Brasil S.A. até a sua conclusão, assim como continuam sob gestão da AIG a cobrança de parcelas em aberto das apólices vigentes e os pagamentos das respectivas comissões. A efetiva conclusão da operação de transferência da carteira, foi aprovada pela SUSEP em 22 de março de 2017. Os detalhes da transação foram devidamente comunicados a SUSEP em conformidade a normativa aplicável e são de pleno conhecimento dos acionistas.

(e) Em 26 de fevereiro de 2018 as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituído pela AIG Seguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORES		
Conselheiros	Diretor Presidente	Francisco Ignácio Espinoza Concha	Fábio Protásio Jorge de Oliveira	Comitê de Auditoria
Fábio Protásio Jorge de Oliveira	Fábio Protásio Jorge de Oliveira	Fernando Borges Porelo	Fabio Cabral da Silva	Assiz Aparecido de Oliveira
Pedro Bernardo Coimbra Fernandes		Nélia Cláudia Soares	Luis Ricardo Souza de Almeida	Josemar Costa Silva
				Luiz Pereira de Souza
	Natalia Soares Grisanti		Roseli Midori Kanazawa	
	Atuária MIBA - 2162		Contadora	
			CRC - 1SP187230/O-8	

Relatório do Comitê de Auditoria - Dezembro de 2017

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da

AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, até esta data, em 2017, em dez oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2017, até esta data, o

Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência SUSEP. O Comitê realizou ainda reunião com a Presidência. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Assizio Aparecido de Oliveira

Membro do Comitê de Auditoria

Josemar Costa Silva

Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza

Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da

AIG Seguros Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **AIG Seguros Brasil S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão quando registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros**

Brasil S.A. para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da **AIG Seguros Brasil S.A.**

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

	Em Milhares de R\$
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	289.582
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL e IBNeR)	239.700
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	158.979
Provisão de Despesas Relacionadas/Outras - PDR	38.850
Total de Provisões Técnicas Auditadas	727.111
Provisões Técnicas do Seguro DPVAT - Não auditadas (*)	87.573
Total de Provisões (A)	814.684

(*) Conforme Resolução CNSP 321/2015, Artigo 110 §1º, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.

	Em Milhares de R\$
Valores Redutores de Provisões Técnicas	
Direitos Creditórios	133.821
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	14.301
Ativos de Resseguro Redutores	338.541
Total de Redutores (B)	486.663
Total das Provisões Técnicas Líquidas (A - B)	328.021
Total das Provisões a serem Garantidas (*)	240.448

(*) Saldo líquido de DPVAT e de operações de previdência complementar, pois estes ativos garantem exclusivamente as respectivas provisões, conforme Circular SUSEP nº 386/2009 e Circular SUSEP nº 338/2007.

	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (*) (a)	285.001
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	40.517
Capital de Risco - Crédito (d)	39.371
Capital de Risco - Operacional (e)	3.798
Capital de Risco - Mercado (f)	9.855
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(17.095)
Capital de Risco (h)	76.445
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) = Maior entre (b) e (h)	76.445
Suficiência/Insuficiência do PLA (a)-(i)	208.555
Índice de Suficiência/Insuficiência do PLA em relação ao CMR	272,82%

(*) Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é a conta que resultou de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Liquidez em Relação ao Capital de Risco

	Em Milhares de R\$
Provisões a serem Garantidas (a)	240.448
Ativos Garantidores Aceitos (b)	473.657
Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem Garantidas (c) = (b)-(a)	233.209
Capital de Risco (d)	76.419

Índice de Liquidez em Relação ao Capital de Risco (e) = (c)/(d)

(e) Líquido de DPVAT

(f) Capital de Risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

(g) Conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e Resolução CNSP nº 360/2017, a liquidez em relação ao CR é caracterizada quando o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, for superior a 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **AIG Seguros Brasil S.A.** e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

MERCER

MAKE TOMORROW. TODAY
GAMA Consultores Associados Ltda.
CNPJ 02.941.736/0001-90

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

CIBA 67

Cesar Luiz Danielli

Atuário, MIBA MTb/RJ 824

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

AIG Seguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5